

Curso Online de Filosofia

OLAVO DE CARVALHO

Aula 46

20 de fevereiro de 2010

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.

O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.

Por favor, não cite nem divulgue este material.

Boa tarde a todos. Sejam bem-vindos. Num artigo recente que publiquei no Diário do Comércio – aliás, nem sei se foi publicado ainda –, eu falo a respeito deste palpite que a Dona Dilma Rousseff e o ministro Marco Aurélio Garcia deram a respeito da vida intelectual brasileira. Eles disseram que a vida intelectual em decadência porque está surgindo uma sub-intelectualidade de direita. Não importando o aspecto político da coisa, me referi no artigo, de passagem, a um fenômeno tipicamente brasileiro que eu resumi ali como sendo uma certa dificuldade de percepção, um desajuste entre o conteúdo de discurso e a situação de discurso. [É] mais ou menos uma espécie de versão diminuída da paralaxe cognitiva, sendo que a este fenômeno se juntava um segundo, que é a extraordinária capacidade que o brasileiro tem de uma espécie de mimetismo lingüístico, ou seja, ouvir certas expressões, certos giros de linguagem e imediatamente captar o uso daquela expressão.

O brasileiro tem o dom de captar o uso e os contextos mais ou menos apropriados nos quais o emprego daquela coisa funciona. O sujeito pega um giro de linguagem e sabe quando e onde repetir aquilo, e faz isso com certa habilidade, mas isso não quer dizer que o sujeito entenda realmente do que se trata. Esta capacidade mimética faz com que certas expressões – sobretudo quando vêm carregadas de um certo prestígio de alta cultura, como algumas expressões técnicas de filosofia, expressões latinas etc. – se disseminem com uma velocidade impressionante e apareçam sendo usadas em contextos que são perfeitamente apropriados do ponto de vista da persuasão. Elas têm um uso persuasivo e eficiente, mas que não denota de maneira alguma uma compreensão efetiva do que se trata. O emprego que fazem dessas expressões não é técnico, não é culto, é apenas um uso eficiente em termos do contexto retórico, do contexto de discussão envolvido. Eu duvido que algum outro povo do mundo tenha esta capacidade em nível tão elevado quanto o brasileiro.

Mas quando se soma a impropriedade da percepção com a habilidade mimética lingüística, então o que temos é um universo de comunicação em que há todas as ferramentas possíveis para o auto-engano e para produzir uma pseudo-cultura de dimensões absolutamente avassaladoras.

Eu dei, no artigo, como exemplo um caso que eu já havia citado antes, o qual se deu quando eu publiquei dois livros sobre a arte e a ciência da argumentação, um é o *Aristóteles em Nova Perspectiva* e o outro é *Como Vencer um Debate sem Precisar Ter Razão*. Estes livros colocaram à disposição

de gerações novas que desconheciam completamente o assunto uma série de termos técnicos, dos quais o que mais pegou foi o *argumentum ad hominem*. O pessoal começou a usar este termo e usava-o em contextos retóricos apropriados. Quando eles achavam que alguém (e até eu mesmo) havia tentado invalidar uma idéia em função da má qualidade da pessoa que a havia exposto, já exclamavam “ah! *argumentum ad hominem*!”. Eu logo percebi que estavam usando essa expressão por mero mimetismo. Mimetismo não só da expressão, mas o sujeito capta a expressão e capta a situação de discurso na qual o uso daquela expressão pode desencadear um efeito desejado. Isto é uma espécie de regra de jogo. Uma regra mais superficial do jogo as pessoas pegam com uma facilidade impressionante. Eu não vejo o americano com esta capacidade. Ele, quando ouve um termo desses, fica todo atrapalhado e logo vai consultar um livro, perguntar para alguém. Mas brasileiro não, este pega imediatamente e sai usando. Emprega de maneira apropriada, não de maneira imprópria, mas apropriada apenas eristicamente, ou seja, para desencadear um efeito persuasório. Mas o uso está deslocado em relação à herança cultural embutida nessas expressões, deslocado em relação ao *status quaestionis*, e, portanto, ao uso técnico efetivo desses termos. A prova disso é que raramente alguém percebia que um *argumentum ad hominem* nem sempre é um *argumentum ad hominem*, freqüentemente é um *exemplum in contrarium*. *Exemplum in contrarium* não é um recurso erístico como o *argumentum ad hominem*, é uma prova lógica concludente. Se o sujeito faz uma generalização em termos universais e você mostra um exemplo (um único, ou dois, ou três) de que as coisas não são assim, então a generalização cai automaticamente. Isto é método científico. Mas pode-se expressar às vezes um *exemplum in contrarium* sob uma forma que simula um *argumentum ad hominem*. Eu notava que as pessoas que tinham passado a usar esse termo depois que meus livros repuseram em circulação esses velhos esquemas, não percebiam essa sutileza. Então começaram a impugnar uma série de argumentos dizendo que eram *argumentum ad hominem*, quando não o eram de maneira alguma, eram tipicamente *exemplum in contrarium*.

Quando eu citava, por exemplo, o fato de que Karl Marx dizia que só o proletariado podia ter uma visão integral objetiva da história por ser a última classe explorada, e portanto estava no limite do processo histórico, e em seguida o próprio Karl Marx expunha a sua visão integral e objetiva da história sem jamais ter sido um proletariado (aliás sem jamais ter visto um proletário), as pessoas diziam que isso era um *argumentum ad hominem*: Olavo está impugnando a teoria de Karl Marx por não ser Karl Marx um proletário. Eu digo: não, eu não estou fazendo isso. Eu estou usando Karl Marx como um *exemplum in contrarium*. Ele realmente não era um proletário e a proposição “somente o proletariado pode ter uma visão objetiva da história” era então automaticamente impugnada por este único exemplo. Pior ainda, ele foi não apenas o expositor da visão proletária da história, mas ele foi o primeiro. A possibilidade de que o primeiro expositor dessa visão constituísse uma exceção à sua própria regra teria de ser explicada e justificada, no mínimo. As pessoas diziam que isso era *argumentum ad hominem*, o que mostra que não estavam entendendo do que se tratava.

Essa capacidade mimética do brasileiro somada a certa dificuldade de percepção que eu já vou explicar daqui a pouco (que não é bem uma dificuldade de percepção), cria então um ambiente de confusão, camuflagem e falsificação que é uma coisa alucinante, na qual você não consegue nem mesmo se orientar. Praticamente todas as discussões públicas no Brasil – e isso vai desde as discussões acadêmicas, passando pela discussão de mídia, chegando até as discussões pela internet e discussões domésticas, em ambientes familiares – criam um ambiente absolutamente alucinatório, no qual desfazer as confusões se torna materialmente impossível, pelo número delas. Todo este curso visa a retirar deste contexto polêmico um certo número de pessoas e a ensiná-las como se faz uma discussão real que tenha a possibilidade de efeitos frutíferos. Não sei se vamos conseguir ou não, mas eu espero que sim.

Este fenômeno eu assinalava como sendo caracteristicamente brasileiro, porém, [00:10] evidentemente, sendo um artigo um escrito curto – e os escritos nos jornais brasileiros são cada vez mais curtos – , não dá para explicar exatamente a que eu estava me referindo quando falava de dificuldade de percepção, ou erro de percepção. Na verdade não é isto. Eu dei a entender ali, mas não pude explicar com mais detalhes que se tratava de uma espécie de hiato entre o que o sujeito percebe e o que ele consegue exprimir. Nós não temos a capacidade inata de expressar o que nós vemos, de expressar nossa própria experiência. É uma coisa que tem de ser aprendida. E ela só pode ser aprendida através da mediação de toda uma herança cultural que se interpõe entre você e a sua experiência, o seu mundo sensível, o mundo material que você apreende, fornecendo-lhe uma série de instrumentos para transmutar uma coisa na outra. O processo de verbalização da experiência não é automático, não é natural; o aprendizado dele é muito complexo e é impossível sem um mediador.

Esse mediador é, em primeiro lugar, seu ambiente familiar, são as pessoas que lhe ensinam, seus professores, é a herança cultural etc. E no Brasil o aporte que você recebe desta herança cultural é muito pobre, isto é, nós temos um caso que podemos chamar de privação cultural generalizada em que as pessoas não recebem o apoio necessário da herança cultural para que elas possam trabalhar verbalmente a sua própria experiência. Não recebem em dois sentidos: primeiro no sentido de que quantitativamente o material recebido é pobre e segundo, qualitativamente os esquemas recebidos são extremamente repetitivos porque estão vinculados aos interesses da elite cultural, elite intelectual do momento, que nós sabemos o que é. E, em terceiro lugar, as pessoas não recebem o devido aporte cultural porque a educação no Brasil é feita em moldes copiados de um cidadão chamado Jean Piaget.

Uma característica marcante da obra de Jean Piaget, assim como outros educadores que influenciaram muito a escola no Brasil, é que ele passa a vida tentando descrever o modo de aprendizado das crianças e ele só leva em consideração dois elementos: de um lado a criança, ou seja, o sujeito do processo de aprendizado; e, do outro lado, o mundo, ou seja, o objeto. Como se a relação da criança com o mundo fosse direta. Veja, ele é um educador que não sabe que existem professores. Essa descrição, embora em si mesma possa ser exata, ela salta um elo do processo causal. É como descrever, por exemplo,

o fato de que sempre que se aperta um botão, acende a luz, e omitimos que entre o botão e a luz existe uma usina elétrica, toda uma rede de fiação etc. Não está errado dizer que toda vez que se aperta o botão, acende a luz e que se apertar de novo, apaga. Um processo causal pode ser descrito com exatidão só com esses elementos, mas é fantasmagórico, é totalmente fictício. Isso quer dizer que o mundo educacional de Jean Piaget é um mundo fictício, é um mundo onde existe uma criança e existe o mundo do outro lado, e a criança sozinha tem de fazer o serviço todo como se fosse uma espécie de Robson Crusoe (com a diferença de que este, quando cai na ilha, já traz todo o aporte da sua cultura: ele tem arma de fogo, livros, instrumentos como machado, martelo, serra, ou seja, traz toda a civilização consigo, e a criança do Jean Piaget, não). O Piaget leva ao extremo a concepção materialista onde só existem duas entidades, igualmente materiais, uma que é a criança e outra que é o mundo. É claro que esta educação tem de ser um fracasso, ela é uma deformidade, mas acontece que todo mundo no Brasil que tenha menos de, digamos, 50 anos, foi educado mais ou menos nessa base.

Claro que nessas condições o aprendizado, a absorção da tradição cultural é uma absorção diminuída, criando um estado de privação. Essa absorção na verdade acaba se limitando à aquisição de uma série de automatismos lógicos, gramaticais e semânticos que o sujeito vai repetir pelo resto da vida e vai achar que aquilo é pensar. Na verdade ele está muito distante do que seja pensar e mais ainda do que seja aprender.

Um fato que eu observei inúmeras vezes no Brasil é que quando se expressa uma opinião ou uma idéia qualquer e as pessoas querem rebater ou discuti-la, a primeira coisa que elas fazem é montar frases – não é jamais examinar a sua experiência real. Ora, se eu estou falando de uma coisa desde a minha experiência real – e nós sabemos que nunca é possível expor toda a experiência real, dá-se um esquema simbólico que subteme toda uma retaguarda de experiência interior, subteme toda uma vida interior – então quando se emite aquilo, espera-se que o interlocutor tenha uma experiência similar que ele possa evocar de modo a fazer uma analogia com o que está sendo falado e, portanto, haja uma sintonia entre o que está sendo dito e o que está sendo ouvido. E eu reparo que em geral isto não acontece. Isto se dá em parte porque a maioria das pessoas não tem essa experiência interior e, portanto, não sabem do que estou falando (sabem o que estou falando, mas não do que). Não havendo a retaguarda, a situação fica assim: a comunicação vem de uma experiência muito ampla e ela condensa aquilo em duas ou três fórmulas verbais que são as que você pode explicar no momento, então se forma algo como uma cunha ou um triângulo. Do outro lado, deveria se formar um triângulo equivalente, em sentido contrário. Ou seja, eu venho da minha retaguarda de experiência, condenso numa frase, o indivíduo ouve aquela frase e desdobra aquilo de acordo com a sua experiência anterior, formando como que dois triângulos que se encontram na ponta. O que acontece é que quando eu solto o meu triângulo, ele bate numa superfície e não tem aprofundamento, não tem retaguarda; tem só a combinatória imediata de frases de aprovação ou desaprovação. Isso não tem nada a ver com o fato de o sujeito gostar ou não gostar do que estou falando, os que gostam e aprovam também estão raciocinando do mesmo modo. O fato é que nesta condição não

se cria uma comunicação efetiva e muito menos pode haver um intercâmbio, uma troca de idéias. Tem um amigo meu já falecido, Daniel Brilhante de Brito, que costumava dizer assim: “fulano me convidou para uma troca de idéias, mas eu não fui porque eu ia sair perdendo na troca”. Isso realmente acontece comigo, pessoas que puxam discussão, puxam conversa e em geral é assim: a experiência interior delas é pobre, às vezes quase nula, o que há é apenas a reação verbal imediata ao que eu estou falando, ou seja, o sujeito ouve a frase e ele imediatamente produz outra combinação. A reação é puramente verbal, epidérmica e isto, para quem escreve, para quem leciona, é uma coisa tão **[00:20]** decepcionante, porque a comunicação efetivamente não se deu.

Em contraste com Jean Piaget, houve um outro educador (creio que ele esteja vivo ainda) que, este sim, sabe de educar as pessoas e produzir algum resultado que não seja pura devastação cultural como fez Piaget. Trata-se de Reuven Feuerstein. Feuerstein nasceu na Romênia e a maior parte do trabalho dele foi desenvolvida em Israel em circunstâncias onde era preciso e absolutamente necessário produzir resultados, o que no Brasil não é necessário. Aqui pode-se dar “educação” às pessoas por anos a fio e se elas ficarem cada vez mais burras, tirarem notas cada vez piores nos testes internacionais, não tem importância, isso não faz a menor diferença, porque é tudo para constar, para exhibir e não para produzir algum resultado efetivo, a não ser eleitoral, evidentemente. Porém em Israel eles estavam formando a nação, cercados de inimigos e de dificuldades. Assim, eles precisavam urgentemente criar uma geração de pessoas capacitadas. Um dos camaradas incumbidos disso foi Reuven Feuerstein, e a primeira coisa que ele observou é que este aprendizado direto, tal como descrito pelo Jean Piaget, não existe. Feuerstein chamou sua teoria de aprendizado mediatizado ou mediato. Essa na verdade é até uma expressão redundante porque desde que o mundo é mundo, todo aprendizado foi mediatizado. Vamos supor uma situação extrema, um tipo ideal: Adão no paraíso. Mas nem Adão aprendeu sozinho! Tinha Adão, tinha o paraíso e tinha Deus para ensinar o que era certo e tinha a serpente para ensinar o que era errado. Se não houvesse esses agentes, Adão não teria aprendido nada, teria ficado olhando aquela coisa toda que nem um pateta e nem saberia o que fazer ali. Aprendizado mediato é simplesmente aprendizado, e aprendizado significa que alguém te ensina alguma coisa. Então existe o sujeito do ensino que é o aluno ou estudante, o objeto do ensino que é o mundo ou realidade e existe o mediador que é o professor ou o criador da situação de ensino.

Em segundo lugar: o Feuerstein percebeu que, para você aprender alguma coisa, alguém precisa lhe dar, além do conteúdo material do que está sendo ensinado, alguns instrumentos que o ajudem a assimilar aquilo e que lhe permita reproduzir depois o aprendizado em outras circunstâncias, para outros objetos, já sem a ajuda do professor. Você vai continuar fazendo sozinho o que o professor o ensinou. Esses esquemas auxiliares que vão lhe permitir continuar aprendendo, diz o Feuerstein, são em primeiro lugar impostos, ou seja, eles não são objetos de discussão: o professor aprendeu ou criou tais esquemas e repassa-os ao aluno. Não cabe a este discuti-los porque eles não são objeto de aprendizado, são instrumento do aprendizado. Se o aluno for criticar o instrumento, então o instrumento se transformou em objeto. Assim,

seria preciso um terceiro instrumento para fazer a mediação e assim por diante. Isso, é claro, não é possível. Destes instrumentos, alguns são de ordem puramente lingüística como, por exemplo, as regras gramaticais que o aluno vai ter que aprender. Outros instrumentos são de ordem puramente lógica, como os esquemas matemáticos. Alguns não são regras formais, mas são esquemas que vão permitir fazer o salto entre o que é puramente formal e o que é puramente material. Aí estou me reportando à antiga distinção entre lógica formal e lógica material. Lógica formal trata unicamente da consistência do discurso. E a lógica material trata da ligação entre o discurso e seu objeto.

É claro que o problema fundamental da educação não são os esquemas puramente formais, mas os esquemas que fazem a ponte entre a matéria do conhecimento (a matéria do discurso) e a sua forma. Neste ponto as regras da lógica e da aritmética e da gramática não podem ajudar em nada, porque todas elas dizem respeito apenas ao discurso, seja um discurso em palavras, seja um discurso em outros sinais, como na matemática. Ainda que o aluno se aprimore muito nestes instrumentos, isto é, que ele saiba muita lógica e muita matemática, continua faltando uma coisa que é a ligação com a experiência. Como é que o aluno vai transmutar a experiência nestas linguagens? Isto é uma coisa que no ensino brasileiro é 100% ignorado, porque como nós partimos apenas do esquema piagetiano, onde só existe a criança e o mundo, evidentemente qualquer intromissão do professor é considerada uma coisa indevida, uma imposição autoritária, então o coitado do aluno é obrigado a aprender sozinho. O máximo que o professor pode fazer é lhe dar esquemas formais, com a ressalva de que esses esquemas também são imposições autoritárias. As regras de gramática são imposições autoritárias bem como as regras de lógica. Então, o professor deve ser moderado ao impor essas coisas às pobres criancinhas. E é assim que se produz uma multidão de pessoas afetadas de profunda e radical privação cultural.

O que o Feuerstein descobriu é que você tem de, primeiro, ajudar as pessoas a perceber o mundo. Primeira coisa: você tem de aprender as relações de tempo, de espaço, de causalidade, de posição, as cores, as formas, as figuras, as seqüências etc. Em segundo lugar, na mesma hora em que se faz isso, são passados os instrumentos de verbalização. Ora, eu digo que isto não é uma grande descoberta, não se pode dizer que Feuerstein descobriu isso. Em grande parte eu fiz a minha educação (e eu tive de fazê-la sozinho, pois apesar de querer que alguém me educasse, ninguém me educava, só me ensinavam bobagem, então eu tive que procurar por mim mesmo) baseado em manuais escolares franceses e americanos do século XIX e começo do século XX, onde tinha tudo isto. Por exemplo, o livro sobre a arte do estilo de Jules Payot, onde ele dizia o seguinte: agora você pega todos os objetos que estão nesta sala, diga o nome de todos eles e diga as cores e tonalidades de cada um deles. Faça uma comparação entre os tamanhos e descreva as posições em que eles estão nesta sala. O que era isso aí? Era o método Feuerstein com quase 100 anos de antecedência. Isso tudo foi perdido ao longo do tempo. Outra coisa que foi perdida foi o simples domínio auditivo, o domínio musical da linguagem. Hoje dificilmente encontra-se uma pessoa capaz de ler um texto com todas as entonações corretas e dando o peso de cada palavra conforme o significado dela no texto. Ora, se não há nem isso, se não há nem a mais elementar das

estruturas que é a estrutura sonora do idioma, como é que você vai poder trabalhar sua experiência com esta linguagem? Isto é absolutamente impossível.

E eu digo para vocês: eu me coloquei o problema da minha [00:30] auto-educação muito cedo, mas às vezes eu tive sorte de descobrir logo as fontes que eu precisava. Em outros casos eu descobri muito tardiamente. Por exemplo, esses manuais do Jules Payot eu descobri quando já tinha trinta anos; e, de repente, estou querendo ser um escritor e eu não sei sequer descrever esta sala, meu Deus do céu! Onde eu pretendo chegar com isso? Se continuar assim eu vou ser sempre uma farsa, um palhaço. Se eu não consigo estabelecer sequer uma relação entre a minha fala e o ambiente físico do qual eu estou falando, então como é que vou poder falar de idéias abstratas? Ou seja, eu vi que tinha saltado uma etapa do aprendizado. Eu estava lendo livros de filosofia, São Tomás de Aquino, Nietzsche, Karl Marx, Kant etc, sendo que o meu domínio da linguagem era deficiente num nível muito mais baixo do que isto. Então, humildemente eu falei: vamos voltar, vamos parar com esta palhaçada e tentar adquirir todos esses instrumentos que a educação não me deu, e que os nossos educadores sequer sabem que existem. Em suma, eu percebi, ali pelos trinta anos, com tudo o que eu sabia, tudo o que eu tinha lido, que eu tinha uma privação cultural básica, e que se eu tentasse construir um mundo de pensamentos abstratos e opiniões filosóficas em cima disto, seria tudo uma farsa. Eu iria apenas transformar esquemas verbais lidos em outros esquemas verbais diferentes que me parecessem mais apropriados. Daria a impressão de que estava sendo feito um trabalho apenas livresco: é um texto que se transforma em outro texto que se transforma em outro texto. Mas seria errado chamar isso de livresco, porque nem mesmo a compreensão dos próprios textos é possível dessa maneira, porque cada texto se refere a um universo de experiência. Se eu não sou capaz de refazer esse universo de experiência de Platão, São Tomás etc., não entendo o que eles estão dizendo. Não estaria nem mesmo lidando com os livros, mas com a aparência superficial de livros. Isto é o que no Brasil atualmente se chama de vida intelectual, na melhor das hipóteses.

Eu estava lendo um trabalho academicamente excelente do Luís Costa Lima, um crítico literário de boa reputação no Brasil, sobre a imaginação, a fantasia. Ele expõe a teoria aristotélica da fantasia tal como ele a leu num comentador de Aristóteles, e depois explica as mudanças sucessivas que houve no conceito da fantasia e da imaginação a partir, sobretudo, do século XVIII, mostrando que houve uma imensa valorização da imaginação. O que ele entende como doutrina aristotélica da imaginação? Aquilo que Aristóteles escreveu sobre a imaginação. Mas o que Aristóteles escreveu sobre a imaginação é o que ele pensa a respeito? Não. É o que ele sabe a respeito? Não. O que ele escreveu é somente o que ele escreveu. Para saber o que ele realmente conhecia a respeito é preciso ver como ele lida com esse fenômeno em outros escritos completamente diferentes. Aristóteles faz, evidentemente, uma distinção entre a imaginação ou fantasia, e, por um lado, o pensamento; e, por outro, entre a imaginação ou fantasia e a sensação. A sensação é sempre apreensão de uma coisa que existe, não se pode ter sensação do que não existe. Então, de certo modo, não existe erro na sensação. Por outro lado, no pensamento existe a

possibilidade de erro, mas existe a possibilidade de corrigi-lo através das regras da lógica. E na fantasia? Na fantasia não tem nada disso. Você parte da sensação, mas as combinações que você faz não estão comprometidas, não têm um compromisso de fidelidade à sensação e não têm um compromisso de fidelidade à lógica também. Então, a conclusão que você tira do texto onde Aristóteles diz isto é que ele, de certo modo, desvaloriza a imaginação. Mas esta é apenas a conclusão que você tira deste texto.

Porém, eu estou lidando com textos ou estou lidando com experiências reais de pessoas reais? Para saber o que Aristóteles – não o autor deste texto em particular, mas o Aristóteles real, a pessoa de carne e osso – entendia sobre imaginação, é preciso ver como ele lida com isto em situações onde ele não está falando especificamente disto. Por exemplo, quando ele diz que a inteligência racional não pode lidar diretamente com os conceitos da experiência sensível, mas somente com as suas imagens depositadas na memória, e em outro lugar completamente diferente ele diz que memória e fantasia são a mesma função, você entende que ele está colocando a imaginação no centro do processo cognitivo. Por que eu sei disso? Porque eu não estudo textos. Eu aprendi que textos são somente a ponta do iceberg. Por trás do texto há um mundo de experiência real, e é essa experiência real do autor que eu devo tentar descobrir e acessar, porque a partir daí eu vou compreender o que ele está querendo dizer. Caso contrário, eu compreendi apenas o que ele disse e não o que ele sabe, e, portanto, eu aprendi apenas palavras. Aprender essas palavras e transformar em outras palavras próprias é a atividade cognitiva mais alta que se conhece na universidade brasileira, e, quando se chega ao topo, encontram-se homens que transformam textos em textos – os típicos professores universitários brasileiros, sendo o Luiz Costa Lima um dos melhores e mais respeitáveis.

Assim, nós entendemos o sucesso do desconstrucionismo no Brasil. Quando Derrida e outros dizem que um texto não tem nenhuma referência fora de si, que um texto apenas significa outro texto, que por sua vez significa outro, essa teoria é, na realidade, falsa, mas ela expressa a experiência cognitiva dos universitários brasileiros. Por isso eles aderem a ela: porque ela corresponde ao que eles estão fazendo. No mundo da universidade brasileira, um texto se transforma em outro texto, que se transforma em outro texto, que se transforma em outro texto. E no fim chega o senhor José Arthur Gianotti e diz que a Filosofia é uma atividade que lida eminentemente com textos.

Tudo isto é uma arte requintadíssima de não compreender nada, que cria uma tragédia intelectual fora do comum e, sobretudo, cria um artificialismo da vida intelectual. Nesse ambiente de artificialismo sufocante, a proposta de que o intelectual tem alguma função política militante lhe traz até um alívio, porque o vincula, de certo modo, à realidade que na sua atividade propriamente acadêmica é inacessível. Então, quando assina o manifesto do PT ou trabalha para a candidatura da Dilma, ele sente um confortável retorno à realidade. Só que isso torna a coisa ainda mais farsesca, [0:40] pois o indivíduo não está buscando a realidade, mas está buscando um sentimento de realidade, o qual é dado por dois fatores: (I) pela participação num esforço coletivo, ele sente que participa de uma coletividade, adquire uma identidade; (II) pela

intensidade da experiência emocional assim obtida. Aí é que o auto-engano se consolida e se torna invencível.

Entre os instrumentos de aprendizado que um professor tem de transmitir ao aluno e que este jamais pode adquirir sozinho – mesmo aquele Robinson Crusoé do mundo piagetiano, no qual está um garoto perante um mundo material, mesmo este não conseguiria – , o principal é a tradição literária, a tradição de uso da língua. Não do uso da língua para produzir textos, mas para codificar experiências que têm de ser interpretadas em função de experiências análogas suas, seja de ordem real, seja de ordem imaginativa. Se ninguém o ensina a fazer isto, você nunca vai compreender nada! Você vai falar, vai opinar, poderá até apresentar trabalhos em congressos científicos internacionais, mas vai estar sempre falando, na melhor das hipóteses, de textos. E quando discutir uma idéia, não haverá na sua discussão uma referência a uma experiência anterior, mas apenas um desconforto com certas formulações verbais que lhe foram apresentadas, às quais você opõe certas outras formulações verbais alternativas que lhe parecem mais satisfatórias. Isto sem nenhum exame retrospectivo da experiência.

É claro que isto, com freqüência, chega ao estado de incompreensão até mesmo dos textos. Invariavelmente, nas discussões que surgem em torno dos meus artigos de jornal, eu sempre observo isso. De mil pessoas que opinam, se aparece uma que conseguiu puxar alguma coisa da sua experiência anterior para confrontar com a minha. é muito! Em geral a reação é puramente verbal, ou seja, a frase que eu disse não soou harmônica para aquele indivíduo, ele não gostou do que eu disse. Ele não sabe se as coisas são assim mesmo ou se não são. De certo modo, a produção da frase opositiva ou da frase alternativa é imediata, então é claro que as objeções são sempre enormemente superficiais. Muito raramente aparece algum palpite, alguma opinião onde se vê alguma experiência humana efetiva. Isso é a experiência contrária àquela que eu tenho tido aqui nas perguntas de alunos do Curso. A quase totalidade das perguntas que chegam reflete uma experiência interior; a experiência pode até ser confusa, mas ela está lá, não é uma simples reação verbal! E quando eu vejo isso, fico muitíssimo contente porque isso aqui está funcionando. As pessoas entenderam que pensar e conhecer não é uma simples reação verbal, que toda resposta a uma idéia exige um esforço até de autoconhecimento, onde você vai ter de rememorar a sua experiência com muita fidelidade e ver se ela confere ou não com aquilo que o outro está dizendo, ou se, por acaso – como houve no meu caso e pode haver com todo mundo –, houve uma transmutação infeliz ou errada, insuficiente da experiência em palavras. Muitas vezes, quando estou escrevendo um artigo, estou percebendo que a minha expressão é insuficiente, mas que nas dimensões daquele artigo não vou conseguir consertar, então deixo aquilo provisoriamente assim mesmo e tento consertar em outro artigo.

Em suma, eu vejo que os alunos estão começando a ficar conscientes da dificuldade de transmutar experiência em linguagem, o que significa que estão conscientes da sua experiência de algum modo. Mesmo que ela lhes pareça confusa, nebulosa, inabarcável, pelo menos têm isto. Entre este material que eu recebo aqui sob forma de perguntas e o que eu vejo aparecer em

discussões na internet ou até em discussões públicas na mídia, já começa a haver uma diferença de dimensão. Tudo o que estão discutindo na mídia, no mundo acadêmico etc, é puramente bidimensional, não tem profundidade de experiência interior, são apenas emblemas ou simulações verbais de conhecimentos, as quais, se tentarmos analisar, perceberemos imediatamente que o indivíduo, para formular aquelas frases, teve não apenas de ignorar a sua experiência, mas teve até de fugir dela, como se, no momento de criar a frase, ele estivesse criando, através dela, uma nova identidade para si. Ele monta uma frase para parecer diferente do que é. Então, está fazendo exatamente o contrário do que faz um escritor. O que um escritor de verdade faz é procurar desesperadamente tomar posse da sua experiência e conseguir, quase magicamente, que ela se condense em símbolos que sejam decifráveis por outras pessoas que tenham a mesma experiência, criando uma efetiva comunicação não só no nível verbal, mas no nível da memória, da imaginação, dos sentimentos, valores etc. É isso que permite às vezes que certos escritores, especialmente os que apreciamos, comecem a fazer parte do nosso mundo pessoal, porque a experiência deles acaba por nos parecer transparente, de tal modo flagrante são as analogias entre a experiência deles e a nossa própria, ao ponto de que muitas vezes eu senti que poderia explicar, expor os meus sentimentos só com citações de autores de que eu gosto. Isso para não falar de citações da Bíblia. Eu estou sentindo uma coisa, tendo uma experiência, mas eu não conseguiria expô-la tão bem quanto esse fulano expôs. Evidentemente, ele não estava falando de mim, estava falando de si próprio ou de outro ser humano que ele conheceu, mas eu percebo claramente que eu não teria como alterar aquela forma, aquilo está perfeito. Certas citações que eu até repito, sobretudo frases poéticas que me ocorrem, quando eu as digo eu estou colocando ali toda a minha experiência pessoal e dizendo “eu não sei como esse sujeito falou de mim melhor do que eu conseguiria falar”.

Em todos esses casos, o que eu estou dizendo passou pelo teste do que eu chamo “o método da confissão”. Eu examinei, pensei, rememorei e confesso que a coisa é assim. Não é apenas como se, num certo momento, um sujeito tenha criado uma frase bonitinha para dizer aquilo ou não.

Na poesia do Bruno Tolentino – acho que li tudo o que ele publicou –, eu freqüentemente [0:50] chamava atenção dele. Ele tinha um gênio, uma combinatória verbal fora do comum, e ele às vezes se deixava arrastar por aquilo e ia além ou fora da experiência dele. Eu dizia para ele: “isto aqui está falso, isto aqui não é você”. O famoso poema “O Espectro”, eu o corriji várias vezes. Ele escrevia de um jeito e eu dizia que estava errado, então ele mudava até acertar. O Bruno era um grande poeta mas era um brasileiro. Esse mimetismo verbal que todo brasileiro tem ele o tinha em nível excelso, em nível de genialidade. Ele passava uma semana em um país e já estava falando o idioma, o que não quer dizer que ele o compreendesse. Ele já tinha escrito vários poemas em italiano, e um dia alguém lhe pediu que pegasse uma coisa no armário, mas ele não sabia como se dizia armário em italiano. Como é que um escritor italiano não sabia dizer armário, quando qualquer criança sabe? Esse mimetismo verbal lhe permitia imitar uma língua (o que não ocorreu com o inglês, porque a educação literária do Bruno foi em inglês, a experiência

humana dele foi em grande parte em inglês. Então quando ele falava inglês, em geral era ele mesmo. Quando falava italiano, não: ele estava imitando, e o leitor não percebia a diferença). Mas quando começava a abusar do seu domínio da linguagem, ele às vezes se arrastava para além de sua experiência, mesmo ao escrever em inglês ou português. Isso eu chamo de ligar o piloto automático: liga uma máquina de falar, mas não há mais um ser humano atrás dela, não há a experiência real. O resultado é que, criando certas combinações que não correspondem a nenhuma experiência real, elas vão evocar no leitor experiências fictícias, então, você vai estar fazendo um mal a eles. Por causa disso, eu fiz essa destruição no poema “O Espectro” e em alguns outros poemas do Bruno. Eu os lia e dizia que não era aquilo que era queria dizer. Talvez ele quisesse dizer outra coisa, mas na hora foi aquilo que apareceu. É como se você quisesse falar de tomate, mas na hora surgiu uma bela frase sobre abacaxi, e então você fica com o abacaxi mesmo. Isso não é literatura, é enganação. Felizmente não é isto que eu observo na maior parte dos poemas do Bruno: a maior parte deles tem uma experiência real tão brilhantemente condensada que dificilmente você conseguiria dizer aquilo melhor.

O aporte fundamental no aprendizado é, em primeiro lugar, o da tradição literária. Sem isto nada mais se faz. Foi por isso que, para o nosso Curso de Inglês com a Margarita Noyes, eu escolhi esse texto hediondo do Frank Raymond Leavis, que é uma das coisas mais difíceis que eu já li na minha vida, é um livro horroroso. Leavis é um crítico literário, falando para outros críticos literários, falando de dentro do ambiente acadêmico sobre assuntos que são daquele meio específico. Ele está supondo uma imensa quantidade de referências literárias, históricas e sociológicas locais que o seu leitor não conhece e que nós não conhecemos. Claro que eu não escolhi o texto só por causa da sua dificuldade, mas porque o que o Leavis está tentando dizer é exatamente o que eu estou dizendo aqui. Quando ele propõe o estudo do inglês como disciplina de pensamento, é disso que ele está falando. A primeira disciplina, não só de pensamento, mas de pensamento, percepção e expressão que você deve adquirir é a sua própria língua.

A língua é um fenômeno complexo que tem várias camadas: a primeira é a camada sonora, você começa ouvindo a sua língua, e é necessário que a criança adquira o domínio de toda a riqueza sonora da sua língua e se exercite em expressar a sua experiência, os seus desejos e suas percepções com as sonoridades da língua. Que criança brasileira recebeu isso? No mundo anglo-saxônico existe toda uma tradição do que eles chamam *nursery rhymes* - nursery é o lugar onde cuidam dos bebês, seria o equivalente de berçário, então seria algo como “rimas de creche”. Praticamente todo escritor inglês ou americano escreveu pelo menos uma ou duas coleções de *nursery rhymes*, então a tradição disso é um negócio oceânico, avassalador, não termina mais. Praticamente toda criança americana tem pelo menos um pouquinho disso, mesmo a mais burra recebeu um pouquinho disso quando era criança. Quando eu olho para a educação doméstica brasileira, já não há nada disso. Que mãe você conhece que passa horas lendo poesias para os seus filhos? Não tem. Então, já temos a privação cultural desde casa. Não lembro se foi Carlos Lacerda ou Nelson Rodrigues que inventou esta expressão: “analfabeto de pai e mãe”. Tem toda razão! Ele recebeu analfabetismo como uma herança

cultural. Se não pegaram nem a riqueza sonora da língua, então o que acontece? Acontece o que está acontecendo hoje. Eu vejo muitos jovens poetas aparecendo, e às vezes eles têm uma inventividade de imagens fantástica, são umas imagens muito fortes, bonitas mesmo, mas não têm o ouvido para a língua. A métrica que os caras usam é totalmente deficiente. É horrível! Eles não percebem que a coisa está soando mal. [Isto acontece] às vezes porque querem fazer a métrica contando nos dedos. Mas a métrica não depende de contar nos dedos; depende do ouvido. Às vezes, certas junções de sílabas que aritmeticamente são duas, vale a pena contar como uma; e se aritmeticamente é uma, às vezes vale contar como se fossem duas, porque o ouvido é soberano, o ouvido é que decide. Nisso aí o velho Bruno Tolentino jamais falhava. Ele tinha um ouvido terrível e sempre sabia se a coisa ia dar o efeito musical que ele queria ou não. O que aconteceu com esses jovens poetas? Eles foram privados daquela primeira educação literária infantil, não desenvolveram o senso da sonoridade do idioma, porém mais tarde começaram a ler Fernando Pessoa, Antero de Quental, Camões, Carlos Drummond de Andrade etc. Pegaram estruturas mais complexas que estão nessas obras, mas não pegaram a base sonora. Então, eles estão com o mesmo problema que eu estava. Eles adquiriram educação superior, mas está faltando a base infantil, e às vezes é muito humilhante você dizer “puxa vida! Estou eu aqui escrevendo sonetos, odes, poemas épicos etc, mas não tenho um bom senso auditivo do idioma” e tenho de voltar lá para trás e tenho de começar recitando “batatinha quando nasce...” Lamentavelmente, eu mesmo tive essa experiência. Eu estou falando: **1:00** aos trinta anos, eu, graças aos manuais do Jules Payot, percebi que era um ignorante completo; que eu só tinha a “parte de cima”; mas como faltava aquela base material da experiência imediata, o que eu estava falando era artificial, era postiço, no fundo. E eu tive de voltar atrás e começar de novo a fazer exercícios de descrição, como deveria ter feito na escola (na escola primária, até). No tempo em que eu fiz escola primária ainda havia um pouco de descrição.

Eu vejo que aqui, nos Estados Unidos, a escola ainda cuida mais disso. Eles exigem mais do aluno. Muito mais do que no Brasil. De algum modo, o sujeito vai ter de aprender a se explicar. [Aos trinta anos], eu via que, por exemplo, fazer uma redação sobre, por exemplo, “como passei o fim de semana”, ou “meu cachorro”, era uma coisa muito importante. [Eu via] que estava querendo escrever coisas sobre Platão e Aristóteles e tal, só que eu não sabia falar sobre o meu cachorro. Era evidentemente um mundo descarnado, um mundo sem fundamento existencial, sem realidade, um mundo só de formas. Graças ao abençoado Jules Payot eu percebi que tinha de voltar atrás. E, evidentemente, se eu faço uma recomendação dessas a um jovem poeta brasileiro ele vai ficar ofendidíssimo; mas [eu diria]: “olha, essa ofensa pode salvar a sua vida, meu filho. Se você aceitar o que eu estou dizendo, você pode vir a ser um grande poeta. Fora disso você vai ser um tipo como Chico Buarque de Holanda, só combinações de sons sem nenhum fundamento na experiência, tudo imitativo; e não só você vai escrever assim, mas vai ler assim também.”

Pior ainda é que dentro da formação assim adquirida, quando subir para os domínios superiores da alta cultura, e quiser desenvolver demonstrações

lógicas, você vai cair em um formalismo tão sufocante, e tão vazio, que somente um masoquista lerá o que você escreveu.

Como proposta pedagógica, eu comecei com coisas como o exercício do necrológio, aquele exercício da classificação e outras coisas para, gradativamente, puxar em vocês o senso da experiência real e da sua transmutação em palavras. É claro que nós não podemos tratá-los como se fossem criancinhas e começar a dar os esquemas elementares de novo; alguns esquemas vocês já tem. Então nós temos que fazer com que eles, de certo modo, voltem atrás e incorporem os elementos que foram esquecidos. Por exemplo, quando eu dei o exercício de fazer a lista do que tem dentro da sala. Isto já é, de certa maneira, quase um exercício do Jules Payot. Quanto ao próprio exercício do necrológio, todo o mundo tem alguma imagem do que quer ser quando crescer. Mesmo eu, que estou com sessenta e dois anos de idade, ainda espero crescer um pouquinho e ainda tenho alguma idéia de quem eu quero ser. Eu penso assim: “como é que eu quero morrer?”, por exemplo, “no dia da morte, como é que eu quero ser? O que é que eu quero estar pensando? O que é que eu vou comer naquele dia?” E assim por diante. É um exercício parecido com o necrológio. Todo mundo tem isto.

Quando chega na hora de dizer isto, você diz outra coisa. Por quê? Porque você vai usar esquemas e estereótipos que estão presentes na linguagem comum, na linguagem do jornalismo etc.; que não vão dizer exatamente o que você quer ser. Vão dar um símbolo indireto daquilo. Por exemplo, como se descreve a personalidade de uma pessoa que admirável ou que desprezível? Claro que todo mundo sabe lisonjear ou xingar, mas isto não é uma descrição. O que você vai ver, então, é que a sua experiência acerca dessas pessoas é enormemente mais rica, mais complexa, do que você está conseguindo simbolizar em palavras. Pior ainda, quando esta experiência anterior não foi suficientemente trabalhada e verbalizada, você perde o domínio dela, ela se torna uma espécie de massa informe; e a massa informe é uma coisa que nos deixa desorientados e sem chão. Então, o que é que se faz? Você começa a imitar outros universos de experiência que não são seus. E daí você entrou mesmo em uma neurose. Também é característico desse tipo de situação o fato de que, como o seu aporte de experiência que está sendo colocado no que foi escrito ou dito é pequeno, você conta com o leitor, com uma espécie de compreensão excessiva do leitor: você conta com a expectativa de que ele vai complementar tudo, e de que ele magicamente vai complementar do jeito que você quer. Mas se aquilo que você está dizendo não corresponde nem mesmo à sua experiência, como pode esperar que corresponda à experiência de um outro? Ai vira um tiroteio no escuro. Você não sabe o que está falando, e o outro também não entende o que você está dizendo. E note bem, se pesquisarmos, por exemplo, no Orkut ou em outras comunidades, listas de discussões; praticamente só vê isto.

Eu não estou falando de pessoas burras, eu estou falando de pessoas que são até talentosas e altamente trabalhadas. Essa discussão que surgiu em torno do meu artigo sobre liberalismo é uma coisa fantástica. Eu estava tentando explicar a distinção entre um princípio e uma regra derivada: um princípio é aquilo que está no começo de um sistema dedutivo, atrás do qual não há nada. Ora, para

uma afirmação ser um princípio ela não precisa ter uma validade absoluta. Basta que dentro do sistema, isto é, dentro das deduções subseqüentes, não seja necessário apelar a novos conceitos para explicar as dificuldades decorrentes da aplicação daquele princípio. Se for preciso introduzir um segundo conceito, então aquilo não é mais um princípio, estamos apelando a um outro princípio. Eu disse que, por exemplo, o direito à vida é um princípio, porque uma vez que estabelecidas todas as dificuldades e paradoxos que podem surgir na defesa do direito à vida, eles são resolvidos mediante um simples desmembramento analítico do mesmo conceito. Mas se colocarmos, por exemplo, a liberdade como princípio, já teria que apelar a um conceito externo à primeira dificuldade que houvesse. E, imediatamente, apareceu um monte de defensores do liberalismo a me acusar de “privilegiar a ordem em relação à liberdade”. “Não”, diria eu, “não sou eu que a estou privilegiando, são vocês mesmos. Por quê? Porque isto é uma exigência da estrutura lógica. Vocês não têm como escapar dela.” Se você diz a famosa frase que todo mundo repete, “a liberdade de um termina onde começa a do outro”, eu respondo: se a minha liberdade é limitada pela liberdade do outro, então não pode ser, **[1:10]** naturalmente, que a minha liberdade defina a do outro, nem que a do outro que defina a minha. E os limites entre as várias liberdades não podem ser determinados pelo conceito de liberdade. A liberdade é apenas a possibilidade de exercício de certas ações. O que limita a liberdade do próximo não é a minha, porque senão eu seria o fator determinante da liberdade dele, e ele não teria liberdade alguma; e a minha, por sua vez, não é determinada pelo outro. Então, eles estão supondo uma estrutura dentro da qual liberdade de um e do outro se encaixam, a qual estrutura determina, então, os limites de cada um. E essa estrutura, por sua vez, não é definida pelo conceito de liberdade; e sim pelo conceito de ordem, ou de sistema, ou de hierarquia, ou como queiram. Agora, se você disser “ah, temos o direito à vida”, e em seguida alguém opuser: “ah, mas nós temos o caso, digamos, da legítima defesa; a legítima defesa limita o direito à vida”. Eu falo: não, ao contrário, o direito de legítima defesa decorre logicamente do direito à vida. A guerra, a mesmíssima coisa. E todos os outros casos, por mais complicado que sejam, é só você tomar o mesmo conceito de direito à vida, analisá-lo, verificar os seus componentes internos, e está aí a solução de todos os problemas. O direito à vida pode ser um princípio de uma ordem moral ou jurídica, mas a liberdade não pode. Não porque eu prefira a ordem à liberdade, mas porque a liberdade, por definição, não passa de uma margem de manobra que uma determinada ordem reserva a cada pessoa.

É uma questão lógica simples; mas deu um rolo! Assim, se eu fosse depender das discussões que giram em torno dos meus artigos, eu me sentiria o sujeito mais incompreendido do universo. Mas eu nunca contei com a possibilidade de que todas as pessoas me compreendessem; eu considerei: “ah, se uma ou duas compreenderem está mais que suficiente”. E na verdade, há mais de uma ou duas.

Mas trazendo, agora, um *upgrade* sobre isto de que nós estamos falando: a base de todo este curso é o que eu chamo o “método confessional”. O método confessional é uma decorrência imediata da própria definição de filosofia como “unidade do conhecimento na unidade da consciência, e vice-versa”. O critério

básico, aí, é o de só reconhecer como conhecimento válido aquele que o indivíduo, na realidade, na experiência real da sua autoconsciência, pode confessar como verdade. No mesmo sentido, e com o mesmo valor com o qual ele admite como verdade aquilo que ele confessa para si mesmo, ou para Deus, em termos de seus atos, intenções, valores etc.

Por exemplo, quando mentimos, sabemos que estamos mentindo; interiormente temos certeza absoluta. E é por isso mesmo que mentimos. Se estivéssemos incertos, não poderíamos saber se mentimos ou dissemos a verdade. Nós diríamos que estamos confusos, apenas. Mas, quando mentimos, sabemos que mentimos. E temos certeza direta e imediata, porque o autor da intenção e o autor do ato são o mesmo. Ninguém mais pode saber aquilo. Claro, podemos encontrar provas externas de que alguém mentiu, mas as provas externas nunca serão totalmente persuasivas para ele próprio. E também nunca terão o valor probante que o testemunho dele mesmo tem. Então, quando você confessa que mentiu, pouco importando se está se confessando para si mesmo, para Deus, para o padre, para os seus amigos etc., você sabe do que está falando.

Agora, quando você adere a uma teoria filosófica, a uma teoria científica, a uma moda ideológica, a um preceito moral etc., você pode confessá-lo nesses mesmos termos? Como se estivesse diante do próprio Deus, que tudo sabe e não pode ser enganado? “Deus, eu confesso que isto é verdade.” Tudo o que não passe por este teste não pode ser admitido como conhecimento, mas apenas como possibilidade de conhecimento; como hipótese, como crença, como idéia; em suma, não faz parte do universo do nosso conhecimento, mas da nossa imaginação. E, evidentemente, a confissão implica que o ato ou pensamento que foi confessado seja objeto de total inteligibilidade para você, não há mistério naquilo. E não há mistério por quê? Porque você conhece a origem, o motivo, o intuito, o objetivo, o significado, o peso e o valor de tudo.

Por exemplo: suponha que eu tenha saído com a mulher do vizinho e depois eu chego para a minha mulher: “Olha aqui, fulana, eu tenho um negócio aqui para contar para você: eu fiz isso assim, assim, assim...”. Não posso nem dizer “onde é que eu estava com a cabeça?”, porque eu sabia perfeitamente, as duas cabeças eu sabia perfeitamente onde estavam... Então, você está compreendendo o vexame; você sabe o que fez e a quem magoou; você sabe a quem agradou; você sabe tudo. Não há nada de ininteligível nesta situação. Quando usamos essa expressão “não sei onde estava com a cabeça”, isso é uma figura de linguagem pela qual expressamos a nossa desaprovação retroativa. Isto não faz parte da confissão. É um comentário paralelo, com o qual não estamos tentando atenuar o que fizemos. Não dizemos: “ah, eu fiz porque estava louco!”, a não ser que estivesse mesmo; ou “fiz porque estava bêbado”, a não ser que estivesse mesmo. Uma vez, numa festa (quarenta anos atrás), eu estava bêbado e mexi com a mulher de um amigo meu. Depois fiquei morrendo de vergonha; mas eu não podia sobrecarregar a minha culpa, porque, afinal de contas, eu estava bêbado. Eu falei “eu fiz porque estava bêbado”. Foi mesmo! Eu não estou atenuando. Não é como aquele negócio de “não sei onde estava com a cabeça”. Então, quando você usa essa frase “não sei onde é que eu estava com a cabeça”, não é esta um elemento atenuante; é

apenas uma expressão de desaprovação. Até mesmo ela mostra que você sabe o que fez. Por isso eu digo: o ato que você confessa – perante a sua consciência, perante o próprio Deus –, ele é totalmente translúcido, ele é totalmente inteligível, porque você o conhece desde a raiz, desde a motivação, passando pelos meios que foram colocados em ação até o objetivo final — você conhece tudo. Não há dúvida alguma quanto àquilo.

Isto quer dizer que qualquer conhecimento que nós acreditemos possuir, o qual não tenha para nós esse nível de inteligibilidade, ao menos potencialmente, não pode ser admitido como verdadeiro conhecimento. Eu posso dizer que fui levado, ou quase obrigado, a adotar esse critério muitos anos atrás – mais de trinta anos atrás – porque era a única maneira me orientar na confusão contemporânea. Nós vemos idéias, opiniões, circulando para tudo quanto é lado; e vemos, sobretudo, diferentes autoridades postulando o seu direito de decidir o que é verdadeiro ou falso. Por um lado temos esses grandes movimentos ideológicos, temos o *establishment* acadêmico e científico, temos a publicidade, os poderes estabelecidos, os tribunais e a justiça, temos a mídia — cada um postulando o seu direito de estabelecer o que é verdade. Eu precisava encontrar um critério que me permitisse julgar tudo isso, sem que eu me colocasse como uma autoridade superior a todos eles; **[1:20]** [eu buscava um critério] que me permitisse julgar essas coisas para a minha orientação pessoal, e para a orientação pessoal de quem quer que me acompanhasse nessa aventura cognitiva, sem nenhuma pretensão de constituir uma autoridade cognitiva socialmente válida.

Só que, desde que a filosofia existe, ela é precisamente isto. O filósofo, quando descobre alguma coisa, e a expõe a seus ouvintes, seus discípulos, seus alunos, ele sabe que não está impondo nada como uma autoridade a ditar a verdade para a sociedade inteira. Ele sabe que aquilo só é verdade para quem consiga refazer interiormente a experiência e chegar, livremente, à mesma admissão. Eu explico tal ou qual coisa. Se você for capaz de refazer interiormente a mesma experiência, pensar nas mesmas coisas etc., e se, sem ser forçado por ninguém, nem mesmo por mim, chegar à conclusão de que aquilo é verdade e ainda possa confessá-la, então aquilo passa a ser verdade para você.

Nós estamos a léguas de distância do que seria a autoridade pública. E aí, eu me lembro claramente do livro do filósofo russo Vladimir Solovyov; no qual ele destacava que a filosofia é a modalidade de conhecimento essencialmente individual, no que se distingue de muitas outras instâncias, como a religião, as chamadas ciências, etc.

Porém, as verdades da religião e da ciência, como são verdades que pretendem ser coletivamente válidas ou universalmente válidas, elas, na verdade, só se tornam válidas quando a alma individual as admite. Então, elas não são verdades, propriamente ditas. Elas são verdades potenciais. Por exemplo, quando você reza o Credo — “Creio em Deus Pai, todo-poderoso, criador do Céu da Terra...” — , isso é a verdade? Ora, depende de como você entende isso, meu filho. Quando você reza o Credo, você está confessando que crê em alguma coisa. Porém, conforme você interprete esta sentença, ela tem muitos significados diferentes, e nem todos eles são verdadeiros. Você não

pode dizer que esta frase, por si, constitui uma verdade. A verdade não está na afirmação, não está na proposição, mas está no juízo. Qual a diferença? A proposição é uma frase. O juízo é o que você efetivamente pensa quando diz aquela frase. Isso quer dizer que pode haver um abismo entre a proposição e o juízo.

Você pode enunciar uma proposição, mas, por dentro, entendê-la com um sentido completamente diferente. Por exemplo, se você diz: “Jesus Cristo desceu aos infernos, ressuscitou ao terceiro dia, está sentado à direita de Deus Pai, donde há de vir a julgar os vivos e os mortos...”. Se você acredita que Jesus Cristo virá fazer um a revolução, matar todos os malvados e instaurar um regime socialista, você, evidentemente, está acreditando em uma mentira sob a forma de uma proposição [o Credo] que, em si mesma, poderia ser considerada verdadeira.

A verdade nunca está na proposição. A verdade está no juízo; e o juízo é o que você efetivamente pensa, independentemente da forma proposicional com que você o enuncia. Isso quer dizer que todas as pretensas verdades gerais, da religião, da ciência, da história, das ideologias etc., você só pode saber se elas são verdadeiras for capaz de transformá-las em um juízo que seja explícito, claro e perfeitamente inteligível para si; e inteligível de tal modo, que você saiba que ele é verdade. É claro então, que, com esse critério, muito pouco do que ouvimos dizer ou muito pouco daquilo em que acreditamos é efetivo conhecimento. Inclusive quase tudo do que aprendemos sob o nome de ciência. Existem muitas proposições científicas que são universalmente aceitas, mas que não são universalmente inteligíveis no seu significado. São inteligíveis apenas formalmente, esquematicamente. Então você não pode confessá-las como verdadeiras; pode confessá-las como parcialmente verdadeiras, apenas.

Porém, quando eu digo que a filosofia é a unidade do conhecimento na unidade da consciência, isso significa que, pelo método da confissão, o conhecimento tem que ser assumido como responsabilidade pessoal. Ou seja, como coisa que você subscreve integralmente. Mas, ao mesmo tempo, essa responsabilidade, ela tem de ser fundada no conhecimento. Ou seja, há uma operação “de dentro para fora, e de fora para dentro”. O que você confessa não pode ser inteiramente subjetivo, ainda que seja subjetivo no sentido de que você é a única testemunha daquilo. Por exemplo, se você mentiu (ou roubou, ou mexeu com a mulher do próximo), isto é uma verdade para você, mas não é somente subjetiva. Você sabe que aquilo é subjetivamente verdadeiro, ainda que a única testemunha seja você. E note bem, essas verdades que são inteiramente objetivas, mas das quais não há outra testemunha senão você, é dessas que se compõe quase toda filosofia. Elas podem ser confirmadas por outras pessoas se estas refizerem a experiência interior. Mas a adesão ou falta de adesão delas não vai aumentar nem diminuir a veracidade do que você confessou.

Eu creio que isto é o único instrumento que pode permitir que, na barafunda de idéias e opiniões que circulam no mundo há alguns séculos, tenhamos um centro, um eixo e possamos dizer: “eu sei do que eu estou falando. Sei perfeitamente, ainda que ninguém seja obrigado a concordar comigo. Você

pode discordar o quanto queira, mas eu sei que estou na verdade.” Por quê? Aí houve a perfeita coincidência do objetivo com o subjetivo.

Ora, aí existe, porém, a interferência de um outro elemento que vai atrapalhar, fundamentalmente, a prática do método da confissão. Eu me refiro à complexa carga da herança religiosa misturada com a herança político-cultural, sociológica, semântica, acumulada ao longo de vinte séculos de cristianismo. Por exemplo, muitos elementos que se originaram na religião cristã e se originaram, precisamente, da confissão, foram incorporados à legislação civil e até à legislação criminal, e já não são mais matéria de consciência individual; são matéria de imposição por parte de uma autoridade externa perfeitamente alheia à sua subjetividade e à sua sinceridade.

Embora os princípios morais e jurídicos mais gerais com que nós estamos acostumados tenham todos eles uma origem Cristã, [1:30] ou pelo menos uma origem Greco-Romana ou Judaica filtrada pela Cristandade, não foi o cristianismo o único fator determinante da formação histórica desses critérios e das instituições encarregadas de impô-los universalmente. Houve muitas outras instâncias, como, por exemplo, a formação da aristocracia européia, que durante muito tempo foi o braço armado da moralidade Cristã. Em seguida, houve a formação do estado moderno, houve a criação das seitas e ideologias revolucionárias, houve o fenômeno da Revolução Francesa, houve a formação da mídia e da indústria da opinião em massa, houve o advento da arte da propaganda, houve o advento de todas as técnicas de manipulação da consciência e as técnicas de engenharia social. E hoje nós recebemos a educação moral através não do cristianismo, mas desse conjunto no qual o cristianismo entra como uma peça. E é evidente que no decorrer de todas essas transformações o próprio sentido da moral Cristã aparece completamente alterado, ao passo que a famosa separação entre o campo moral e o jurídico se torna confusa. E mais ainda, [tornam-se confusos] não só [os campos] moral e jurídico, mas o [campo] moral, o jurídico, o sociológico, o psicológico, o educacional, o cultural, o psicopatológico — tudo isso vem junto.

Eu freqüentemente observo como as pessoas tentam se manter à tona nesse oceano. Eu conheço a vida de muitas pessoas: muitas me contaram suas vidas (às vezes eu até não queria ouvir, mas me tomavam como seu confessor, contavam seus problemas etc.) e, naturalmente, eu lhes fazia perguntas para entender o que estava acontecendo e elas acabavam me contando com bastante detalhe. Além disso, eu li um número enorme de biografias e autobiografias. E eu sempre observei que o que marca a vida contemporânea sob o aspecto psicológico é uma desorientação moral absolutamente radical, total. Isso, seja da parte das pessoas que optam por soluções morais improvisadas, pessoais ou grupais, tanto quanto daqueles que acreditam seguir a moral tradicional de ordem religiosa.

Um exemplo que me chamou muito a atenção esses dias e que pode servir como amostra de laboratório é esse caso do jogador de golfe, o Tiger Woods. O homem parece que tinha nove amantes. Sua mulher botou a boca no mundo e ele se desgraçou perante a opinião pública. Há uns dias ele apareceu tentando restaurar a sua imagem, fazendo uma *mea culpa*, assumindo de fato que errou, que estava muito desorientado e não deveria ter feito aquilo, que havia

decepcionado todos etc. Eu pergunto: perante quem ele confessou esse pecado? Foi perante Deus? Não; se fosse perante Deus, ninguém ficaria sabendo. Vamos supor que ele estivesse sinceramente arrependido de ter feito aquilo. Ele confessaria aquilo diante de Deus. Se fosse católico, poderia, no segredo do confessionário, confessar aquilo, receber sua penitência e receber sua absolvição.

Mas o decisivo não é o que você diz no confessionário. A confissão é um sacramento. Não é no instante da confissão que você apresenta os seus pecados a Deus. Você já os apresentou antes num negócio que se chama “exame de consciência”. Se não fez exame de consciência, então você está fazendo troça, está transformando a confissão em uma palhaçada. É no exame de consciência que você se confronta com Deus, e, depois, a confissão perante o padre sacramenta aquilo. Sacramenta quer dizer que você estará efetivamente absolvido do seu pecado, ele não pesará no seu julgamento final. Será como nunca tivesse acontecido nada; se você confessa e faz a penitência, zerou, está como novo. Isso é uma coisa que é feita em segredo e ninguém precisa saber. Vamos supor que o sujeito fez o exame de consciência e confessou perante Deus, e não teve ocasião de confessar ritualmente perante o padre. Tal confissão vale, porque expressa uma intenção de se confessar. Eu me lembro de que quando começou toda essa confusão na Igreja Católica, muitas vezes eu ficava nessa situação: “eu quero me confessar mas não sei se esse padre merece confiança, eu não sei se a ordenação dele é válida, eu não sei nada; eu estou aqui num mato sem cachorro”. Então eu fazia uma confissão interior, dizia a Deus que estava fazendo aquela confissão interior, mas que quando tivesse um padre para me confessar, eu faria a confissão sacramental. Aquilo, de certo modo, era válido. Mas o Tiger Woods se confessou diante de uma outra instância, chamada opinião pública, através do instrumento da mídia.

Ora, a opinião pública, embora hoje nós estejamos tão acostumados com ela, não é um fenômeno histórico permanente; ela nem sempre existiu. A opinião pública foi criada pelos chamados clubes de debate, nos tempos da Revolução Francesa. E o que eram esses clubes de debate? Eram entidades que não podiam nem condenar, nem absolver ninguém; não podiam mandar um sujeito para a cadeia, não podiam puni-lo efetivamente. Mas podiam criar, entre uma grande massa da população, uma disposição favorável ou desfavorável ao fulano — ou seja, poderiam fazê-lo passar vergonha e destruir, portanto, a sua segurança íntima, ou poderiam lhe dar um apoio, fazendo com que ele se sentisse divino e maravilhoso. Desde essa época, os meios de difusão desses julgamentos foram crescendo e se desenvolvendo, e tomaram a forma do que hoje nós chamamos indústria da mídia. A mídia não manda ninguém para cadeia nem para o inferno; o que ela faz é com que as pessoas gostem ou não gostem de você. A mídia é a senhora da aprovação ou desaprovação, é a senhora do crédito ou do descrédito — se ela acredita no que você diz, então todo mundo acredita; se não, ninguém mais acredita. Portanto, ela lhe dá o reforço da aprovação social ou ela lhe nega e o deixa sozinho, pelo menos imaginariamente; ela o faz se sentir apoiado ou sozinho. Então o que ela fez com o Tiger Woods? Fez um barulho dos diabos, encostou o fulano na parede e o fez se sentir isolado, sozinho, perdido no mundo. E ele teve de ir lá fazer o

ritual, a confissão, e receber a absolvição. No dia seguinte a mídia disse: “ah, ele até que restaurou a sua posição, voltou a ser um sujeito mais ou menos respeitável; não tanto quanto antes, mas voltamos a gostar dele um pouquinho”.

Sentir-se amado e aprovado pela coletividade da opinião pública, ou sentir-se rejeitado e desprezado por ela, é uma coisa de uma força imensa. [1:40] Qual é o pretexto moral usado para tudo isso? É o mandamento bíblico “não cometerás adultério”. Mas quando o mandamento bíblico começa a ser executado através desta imensa máquina de fingimento, o que ele vale? Não vale mais nada, mudou o seu sentido. Os nove adultérios que o homem cometeu são menos imorais do que a confissão que ele fez em público, mesmo porque, nos últimos trinta anos, o nível de exigência, de cobrança moral dessa máquina se tornou muito mais intenso, sobretudo em torno de figuras famosas, que em outras épocas desfrutavam até de uma certa imunidade sob esse aspecto. Eu me lembro que nos anos setenta o escritor americano Henry Miller, aos 80 anos de idade, vivia com duas japonesinhas peladas em casa e ninguém jamais falou mal dele por isso. Consideravam aquilo uma extravagância que ele devia resolver com Deus, era problema dele. Afinal de contas, ele era um homem que com os seus livros fez muito bem e deu muita felicidade para os seres humanos. Eu mesmo tive tanta alegria lendo seus livros, me fez tão bem a leitura... Muito do que eu me impregnei da idéia de sinceridade foi com o Henry Miller, um homem que sempre contou sua vida da maneira mais simples, sem teatralizar a coisa, a favor ou contra. Ele foi um mestre da sinceridade. Ele só falava uma coisa má se realmente estivesse em dúvida ou confuso a respeito. Então, naquela época havia uma certa tolerância.

No passar dos anos cinqüenta para os anos sessenta, houve uma certa liberalização dos costumes. E essa liberalização teve um efeito que acho que hoje se tornou incompreensível. Max Weber explica que quando o desenvolvimento da sociedade industrial tecnológica moderna destrói o senso de comunidade e cria esses grandes aglomerados anônimos que são as grandes cidades, onde as pessoas praticamente só se relacionam umas com as outras pela sua função econômica e mais nada (não tem mais valores e símbolos em comum), o último refúgio do ser humano é nas relações interpessoais. Então, na intimidade duas pessoas podiam se conhecer e ter um certo senso de integração, que já não podiam mais vivenciar coletivamente a não ser sob a forma degradada dos movimentos ideológicos. Eu me lembro de que no livro do Jan Huizinga, *O Outono da Idade Média*, ele conta que nesse período, quando havia uma execução, quando o sujeito era condenado à morte, a população toda da cidade comparecia. O carrasco, freqüentemente chorando, pedia desculpas à vítima e a cidade inteira chorava de compaixão pelo cara que estava sendo executado. Isso não era um movimento ideológico, não era a coletividade ideologicamente formada; era uma participação numa emoção coletiva, autêntica, real, fundada na experiência e onde não havia segredo entre os corações — o que todos estavam sentindo era evidente para todos.

Na sociedade moderna, determinada fundamentalmente pela tecnologia, esse tipo de participação se torna impossível. As pessoas se tornam estranhas, se

tornam átomos separados, as relações pessoais se tornam altamente impessoais, e somente na intimidade os antigos sentimentos que assinalavam a sinceridade, a autenticidade humana, ainda tinham algum espaço para se mover. A liberalização dos costumes permitiu que entre inúmeras pessoas, nos anos sessenta, se formassem laços pessoais desse tipo, não mediados por nenhuma instituição social, ideologia ou objetivo sócio-econômico. Nesse sentido, aqueles que condenam essa liberalização em nome da religião não sabem do que estão falando. Eles não têm idéia disso. Esse resgate das relações pessoais durou pouco tempo — logo a sociedade virou e criou métodos de separação ainda mais drásticos do que os que havia antigamente.

Eu me lembro que, na época – todos nós da minha geração tivemos essa experiência –, quando um homem e uma mulher se aproximavam, em geral, eles não estavam pensando em casamento, e só uma parte muito pequena de pervertidos queria sexo puro e simples. As pessoas queriam uma relação pessoal, fora dos cânones e exigências da sociedade. Evidentemente, nós sentimos que nesse tipo de relações havia mais veracidade do que em qualquer relação socialmente mediatizada, incluindo o casamento. Muitas vezes eu pensei que, naquelas circunstâncias, se havia efetiva aproximação e sinceridade entre as pessoas e a possibilidade de um conhecimento mútuo verdadeiro, isto realizava muito melhor a promessa de Cristo: “quando dois ou mais de vós estiveres reunidos em meu nome, Eu estarei lá presente”. Essas pessoas realizavam muito melhor isso do que milhões de casamentos oficiados na Igreja, sacramentados pelo Estado. Estou falando isso porque foi a minha experiência, eu vi isso nos anos sessenta; depois eu vi que acabou. Hoje eu só vejo as pessoas se aproximarem querendo duas coisas: ou sexo, ou casamento. Parece que a terceira coisa não existe mais; pelo menos olhando em volta eu já não vejo mais isso. Não sei se desapareceu, não posso assegurar, mas se não desapareceu, pelo menos ficou difícil de enxergar. Mas durante os anos sessenta e parte dos setenta, especificamente no Brasil — mas eu sei que isso aconteceu em outras partes também —, eu acho que houve um resgate formidável das relações pessoais profundas, e é por isso mesmo que naquela época os autores que nós líamos e que tanto influenciaram a minha geração (Henry Miller, Hermann Hesse e outros) eram todos, de certo modo, especialistas nesse tipo de relações pessoais verdadeiras e profundas. Eu não vejo mais nada disso na literatura subsequente.

Passado um tempo, o que acontece é que o fenômeno [1:50] de mídia adquire uma importância fora do comum. Eu me lembro que ainda nos anos setenta escrevi um pequeno ensaio sobre Imprensa e Cultura (naquele tempo não se usava tanto o termo mídia, mas imprensa, querendo dizer o conjunto do que se chama hoje mídia, incluindo televisão, rádio etc.) e eu ali profetizava que a alta cultura como tal iria desaparecer, porque os órgãos de mídia imporiam a alta cultura a seus próprios critérios. Um conjunto de instrumentos que inicialmente foi feito para divulgar certas coisas – divulgar as criações maiores da literatura, da ciência, da arte etc. – passaria, pelo seu próprio crescimento material, a ser o tribunal determinante do que se produzia na alta cultura. Essa coisa se realizou integralmente e um dos efeitos disso é a disseminação da fraude científica mundial. A fraude científica, que era exceção, se tornou a

regra, porque através dos órgãos de mídia – inclusive a própria mídia científica – há o controle. Os controladores da mídia científica – que não são só os donos das empresas, mas o corpo de redatores –, eles selecionam o que querem e o que não querem. Então, ludibriar a humanidade inteira com uma fraude científica se tornou enormemente fácil. Em função desse processo, aquela pequena abertura para as relações pessoais que houve nos anos sessenta e setenta desapareceu de novo.

Os órgãos de mídia já não aceitam mais ser o reflexo de outras instâncias de conhecimento, mas são eles o produtor e o juiz supremo, não só do conhecimento, mas da moralidade, da justiça etc. Então eles agora impõem, ditam as regras ao mesmo tempo em que há, do ponto de vista econômico, a concentração das empresas de mídia (que foram todas compra das por meia dúzia de fulanos), havendo então a uniformização da mídia mundial.

Aluno: Eu lembro que houve uma época, eu não sei datar, em que começou a ser hiper-valorizado o jornalismo opinativo. Isso não está relacionado com o fato de poder julgar a...

Olavo: A pergunta aqui é qual a relação disso que eu estava falando com o jornalismo opinativo que houve a partir da mesma época, dos anos setenta. Bom, aconteceu que até uma certa época (exatamente os anos setenta) vigorou em todos os jornais — nos noticiários de TV era um pouco diferente — uma distinção muito clara entre o que eram as páginas de opinião e o que eram as páginas noticiosas. E estas últimas obedeciam a uma técnica mais ou menos uniforme, que foi criada aqui no jornalismo americano, onde havia até um esquema de redação que era uniforme e voltado a forçar, por assim dizer, os repórteres e os redatores etc., a manter um certo nível de objetividade, não-opinativo. O sujeito tinha o direito de dar sua opinião, mas primeiro tinha de narrar o fato de uma maneira tecnicamente aceitável. Havia técnicas muito desenvolvidas para isso. Quando o Alberto Dines fez aquela reforma no Jornal do Brasil, que foi histórica no jornalismo brasileiro, ele pegou essas técnicas do jornalismo americano e as implantou lá. Ao mesmo tempo, havia também as páginas de opinião onde, baseado no que tinha sido publicado, o jornalista fazia o julgamento a respeito.

A partir do anos oitenta, todas as páginas se tornaram opinativas. Os mais óbvios julgamentos de valor, que antes seriam normalmente reservados às páginas de opinião, passaram a ser colocados diretamente no noticiário — ou de maneira explícita, ou camuflado como narrativa de fato. Mais ainda, a seleção premeditada das notícias para favorecer determinadas correntes — que era uma coisa que antes acontecia, mas acontecia como exceção e não era considerado um artifício legítimo, do ponto de vista profissional — passou a ser uma técnica uniforme, racional e científica, que se chama justamente *A Espiral da Mentira*. Esse estudo, do qual eu esqueci o nome da autora, mas que é maravilhoso, é ainda dos anos setenta. A autora notava que a repetição de notícias sobre o mesmo tema é o fator decisivo: se você publica a notícia uma ou duas vezes e não tem seqüência, o pessoal esquece e é como se aquilo não tivesse acontecido. Mas aquilo que é reiterado [produz um resultado diferente]. É possível fazer essa repetição de maneira tão bem calculada que isso produza

condutas coletivas quase cem por cento previsíveis — você determina que as pessoas se conduzam assim ou assado. O simples fluxo uniforme de notícias produz essas condutas de maneira quase incontornável. Por que? Que outra fonte você tem, a não ser a grande mídia? Não há nada acima dela, e ela passou a ser o fator determinante até da atividade cultural superior. Então não há tribunal fora dela.

No momento em que a mídia força o Tiger Woods — como já forçou outras pessoas; esse é o milésimo caso que eu vejo na mídia americana — a fazer a sua *mea culpa* perante o público, o que ela está fazendo? Defendendo a instituição do casamento? Defendendo um mandamento divino? Não! Ela está usando essas duas coisas para se impor como tribunal supremo. Mais ainda, vocês sabem que o casamento civil é um fenômeno relativamente novo na história, ele praticamente só se dissemina no mundo a partir do século XIX. Antigamente não havia nem o registro civil organizado; ele começa no século XVI, mais ou menos, mas só alcança o controle total da situação no século XIX. E junto com o registro civil veio a implantação do casamento civil, o qual adquire uma validade independente do casamento religioso. Durante a Idade Média não havia casamento civil, casava-se somente na Igreja. E antes disso não se casava nem mesmo na Igreja: se o sujeito se juntou com a mulher, já estava casado. Isso é uma coisa que até o código civil brasileiro, sabiamente, anexou: a união estável. O preceito do código civil brasileiro que aceita a união estável com a validade de um casamento é um eco longínquo do costume medieval. A religião Cristã tem sete sacramentos, dos quais seis são oficiados pelo sacerdote e um, que é o matrimônio, é oficiado pelos próprios noivos. São eles que estão fazendo o casamento, o sacerdote é somente testemunha. A união, em si, já é o sacramento. As pessoas não sabem disso, mas se o sujeito vai para a cama com a mulher com a intenção de ficar com ela, eles já estão casados — eles não sabem, mas já estão; perante Deus já estão casados. As pessoas não sabem disso, então não sabem das conseqüências espirituais de seus atos.

Quando aparece o casamento civil, ao mesmo tempo os meios de controle estatal sobre a vida pessoal vão crescendo, multilicando-se e fortalecendo até chegar, no século XX, à investigação da vida privada. São meios que eliminam, praticamente, a privacidade. O estado pode saber tudo a seu respeito e [2:00] a mídia, se quiser, também pode saber tudo a seu respeito. Então, veja, você está permanentemente exposto ao julgamento pela máquina da opinião pública. E quanto mais você cede perante ela, o que acontece? Você está santificando a sua conduta? Não, você está consagrando a autoridade suprema do tribunal da opinião pública criado a partir da revolução francesa.

A esta altura, a idéia de casamento e de adultério já virou uma confusão dos demônios! Mais ainda, existe, no caso, uma espécie de coisificação da noção de pecado. Você tem um catálogo de atos que são considerados pecaminosos e se você incorre em um deles, eles caem de pau em cima de você.

Este tribunal da mídia se ergue como juiz supremo e único, ao qual a própria Igreja passa a servir como instrumento auxiliar, porque a mídia sempre pode alegar: “a própria Igreja desaprova isso”. E a Igreja diz que desaprova mesmo.

A Igreja por si não representa mais uma autoridade, mas ela se integra harmonicamente na máquina de julgamento da mídia nos pontos em que o critério moral da mídia por coincidência é o mesmo dela. Porém, esse mesmo tribunal aprova o casamento gay, aprova a rebelião feminista etc. Conseqüentemente, nos vemos cercados por toda uma massa de mandamentos morais absolutamente contraditórios que nos são impostos ao mesmo tempo, e quanto mais contraditórios eles são, mais desarmado nós ficamos e mais integralmente cedemos.

Isso coloca para a prática do método da confissão dificuldades enormes. Porque toda vez que você vai confessar, e não só no sentido religioso, mas no sentido filosófico que nós estamos usando aqui, você é realmente a alma autoconsciente que se apresenta perante o observador onisciente, como Agostinho se apresentava, ou você é o Tiger Woods? Qual é o papel que você está realmente apresentando?

O terror pânico que as pessoas têm de serem expostas ao ridículo e à condenação na mídia, na maior parte delas, transcende o medo do próprio juízo final. Será que não estão confundido uma coisa com a outra? Eu posso dizer que só me curei disso na hora em que realmente fui exposto à execração pública e ao ridículo na mídia. O número de pessoas falando mal de mim já é tão grande que eu não ligo mais, podem falar o que quiserem. Se eu for me sentir envergonhado e baixar minha cabeça perante essas pessoas, estou liquidado. Não é que eu sou um fortão, que eu sou imune ao julgamento da opinião pública, não, mas eu fui imunizado gradativamente, e quem nunca foi? Você não tem medo? Tem. Eu contei para vocês do rapaz que me confidenciou que se dissesse certas coisas em público iria ser prejudicado no trabalho (que é na carreira diplomática). “Mas o que eles vão fazer com você? Vão bater em você, matar você, ou seqüestrar seus filhos?” “Não”. “O que eles vão fazer?” “Eles vão me mandar pra Zâmbia, ou para Serra Leoa.” O problema é que o rapaz está simbolizando com isso o medo da desaprovação da comunidade dos seus colegas.

Recue mil anos na história e você verá que, em toda Europa durante a Idade Média, a desaprovação pública significava muito pouco, porque a autoridade suprema era a Igreja e só ela podia determinar se você estava agindo bem ou mal. Mais ainda, a maior parte das reprovações jamais era feita em público, mesmo no caso do crime supremo, que era o crime de heresia. Eu já expliquei aqui para vocês como era feito o processo por crime de heresia. Primeiro, o inquisidor procurava o sujeito e pedia explicações, lia as coisas que o sujeito tinha escrito, verificava se existia uma intenção formalmente herética ou se fora apenas uma dificuldade conceitual, um erro de vocabulário, uma coisa assim, e só quando se comprovava a intenção formalmente herética — e não estou dizendo materialmente, pode ter uma heresia material, mas que não configura formalmente a intenção herética — então se abria um processo. E no que consistia o processo? Consistia em convidar o sujeito a se arrepender e a voltar atrás. Somente se ele continuasse teimando se partia para um processo condenatório.

Quem hoje, para ser julgado e condenado em público e ter a sua vida destruída, tem toda essa preparação, esse atenuante, essa defesa da sua individualidade? Ninguém tem. Desconfiaram de você, já botam em toda mídia e você está queimado para sempre. Ou seja, nós passamos a viver numa situação terrorífica, onde não temos defesa contra o olho onipresente da opinião pública. E a Igreja nos defende contra isso? Jamais, ela é cúmplice dessa coisa, porque tudo o que ela quer é que a mídia trabalhe para ela, mas ela não tem força para isso, então ela trabalha para a mídia.

Aluno: inaudível.

Olavo: Não, a própria Igreja é condenada, é exposta ao ridículo e, quanto mais exposta ao ridículo, mais dependente da mídia ela se torna. Hoje são pouquíssimas as pessoas que têm consciência de que esse processo tem de ser condenado no seu todo. Todo mundo cede um pouco e quer se adaptar.

Lembrem-se daquilo que eu li para vocês no livro *Diário da Felicidade*, em que o autor [Nicolae Steinhardt] lembra que há apenas três saídas quando você está colocado dentro de uma máquina desumanizante. A primeira é considerar-se morto, e daí para a diante o que vier é lucro, ou seja, “não quero mais nada, não espero mais nada da vida, estou falecido, então, pouco importa o que me aconteça”. A segunda alternativa é aceitar ser marginalizado. A terceira, que não exclui a primeira, é partir para a porrada, aquele negócio do filme do Josey Wales e do Clint Eastwood: “quando você está em minoria, cercado e acabou a sua munição, aí é a hora de partir para porrada”. Estou dizendo que, se você tem um grão de **[2:10]** passividade em função desse poder, ele vai acabar com você, interiormente primeiro, e, na hora em que acabou interiormente, para acabar exteriormente é fácil.

Agora imagina, por exemplo, o que aconteceria nos anos setenta se a mídia começasse a dizer que o senhor Henry Miller tinha uma conduta imoral. O que ele diria? Ele iria rir da cara de todos eles, e eles não iam poder fazer nada. Ele iria rebaixá-los de tal modo, iria negar tão profundamente e radicalmente a autoridade que os caras têm para julgá-lo, que eles iam acabar tendo de dizer: “olha nós não temos nada a ver com isso, afinal de contas, ele é inexpugnável, ele não se coloca sob o nosso julgamento”. Só que onde você vai encontrar tipos como o Henry Miller hoje? Não tem mais. Claro que Henry Miller tinha defeitos, cometeu inumeráveis pecados, mas é o seguinte: ele tinha consciência, e ele falava a verdade sobre ele mesmo, e não estava interessado se os outros estavam achando bonito ou feio. Por quê? Por que era orgulhoso? Não. Porque ele sabe que os outros nada podem fazer para salvá-lo, nem para daná-lo. E hoje o número de pessoas que sabem isso está reduzidíssimo, e é por isso que para nós todos a confissão se tornou um negócio tão complicado, mesmo a confissão ritual na igreja, mesmo ela. Eu vejo, por exemplo, que quando eu cometo o pecado existe um discurso dentro da minha mente que me acusa, me rebaixa e me humilha. Se eu abaixar a minha cabeça, eu estou abaixando a cabeça para o demônio. Isso é o demônio, o demônio é o acusador.

Ao passo que, do outro lado, o que se abre para você é a perspectiva do perdão; e do perdão ilimitado, isto é importantíssimo meter na sua cabeça. Se você não tiver confiança nisso não vai conseguir nada. A essência do cristianismo é o perdão. A essência do cristianismo não é casar e constituir família bonitinha, não é ter uma boa imagem pública, não é ser um bom cidadão, a essência do cristianismo é perdoar todo mundo que não foi nada disso.

Regras morais existiam antes do advento do Cristo. Elas eram até mais exigentes. Cristo veio para botar novas regras morais? Não, ele veio para perdoar quem não cumpria as regras, isto é a essência do negócio. Passados dois mil anos, tem gente que não entendeu isso ainda. Olha, eu conheço mais pessoas que fogem do pecado o tempo todo do que pessoas capazes de perdoar. Então, você está fugindo é do demônio, é o acusador que te persegue. Enquanto eu não sinto em mim a total confiança no perdão, eu não faço a confissão, nem interiormente, porque se não eu vou estar me confessando para o diabo, estarei me confessando para o meu acusador.

Levando tudo isto em conta, você entende que para a prática do método da confissão -- que é evidentemente uma transposição filosófica de um sacramento e que pode ser considerado para nós, que somos gente de estudo, como nossa técnica pessoal do exame de consciência -- nós temos de entender primeiramente uma coisa: você pode considerar os pecados como atos isolados que em si mesmo são pecaminosos, e obedecer ao catálogo, e você vai lá e diz "fiz isso e aquilo...". Mas você não pode se apresentar perante Deus dessa maneira. Por quê? Porque Deus já sabe tudo isso. Confessar isso para Deus é fazer buraco na água.

O esforço de Agostinho nas confissões é apresentar-se a Deus não como autor de determinados atos singulares, mas como pessoa integral, e esta é a essência do método. Ou seja, se ele não adquirir uma idéia, um conhecimento o mais claro possível da forma integral da sua pessoa, ele não pode se apresentar para Deus, porque vai ser falso. Ele tem de ter a certeza de que é o seu verdadeiro eu, a sua verdadeira consciência desde o centro que, sabendo quem é, e sabendo julgar tudo no seu devido contexto, se apresenta a Deus, e pede a Deus que lhe mostre mais.

Ora, no meio de tantas pressões desumanizantes, ilusórias, hipnóticas, etc., é difícil adquirir esta idéia da forma da sua pessoa e foi por isso que comecei este curso com a tarefa do necrológio: porque é o seu ideal, é a sua pessoa ideal, imaginada não de modo genérico, não por qualidades abstratas, mas imaginada como a figura concreta de um personagem que pode ser descrito e narrado. É esta pessoa, esta imagem que é o eixo da sua personalidade, porque é em face dela que você vai ter que julgar os seus próprios atos e saber o peso relativo deles em mérito e demérito. Eu digo peso relativo por quê? Porque quando você for apresentar as coisas para Deus, nada mais tem peso. Os seus méritos não têm peso nenhum, porque não são senão uma imagem remotíssima e microscópica das qualidades do próprio Deus, e os seus pecados não têm peso porque Deus é perdão universal.

Então, há duas etapas: primeiro você tem de formar a imagem e ter a idéia do peso relativo, do peso humano, e daí você vai e zera tudo isso perante Deus, e Deus te refaz. Não estou me referindo somente à confissão ritual, estou falando da confissão interior.

Do mesmo modo, com relação ao conjunto dos seus conhecimentos, você tem de adquirir uma idéia da forma total dos seus conhecimentos, e à forma total dos seus conhecimentos com o seu respectivo nível de inteligibilidade e relação interna, isso chama-se: a sua filosofia. Isto é, apresentar-se à confissão com consciência da forma total da sua personalidade, e, se você é filósofo, com a sua filosofia inteira, e aí, nós vemos, entra um outro tema que não vai dar para explorar devidamente hoje. Juntando isso com o que eu disse no começo, a apreensão da forma total da sua personalidade em um determinado momento do tempo — o que implica uma retrovisão do seu passado e uma projeção do seu futuro, portanto, uma imagem interminada e dinâmica, imagem em ação, — é algo que você não pode realizar [conceber/perceber] por si mesmo. Você necessita do aporte de toda a tradição cultural que o ensina a fazer isso.

Então, nas memórias de Agostinho, ele não conta todos os detalhes da vida dele, [2:20] mas você sai com uma imagem integral de todas as tensões que se agitavam, que, por assim dizer, individualizavam Agostinho. Fazer isso com memória, com material puro e bruto da nossa existência é muito difícil. Então, ao longo dos tempos se desenvolveu a arte narrativa, com as vidas imaginárias no teatro e sobretudo com o gênero moderno por excelência que é o romance. O romance é um auxílio formidável para tudo isso. Nós devemos agradecer aos céus que alguém tenha inventado esse gênero. Devemos agradecer que alguém tenha inventado e praticado até levar a uma perfeição incrível, porque são essas vidas imaginárias que nos ajudam por analogia a conceber a nossa vida. Nós não podemos concebê-la, não podemos imaginá-la de maneira puramente conceitual, abstrata, genérica. O modo pelo qual nos conhecemos é o modo poético e narrativo, sempre. E é essa poética e narrativa que você apresenta na confissão. Porém, é muito difícil fazer isso sem ter uma certa arte narrativa, e você não pode aprendê-la sozinha, como o garoto ideal do Piaget colocado perante o mundo. Você precisa do aporte da tradição narrativa, e aí, novamente, somos obrigados a concordar com Leavis quando diz que o elemento fundamental da educação é a tradição literária. É muito mais importante do que as ciências, porque até a aquisição das ciências depende disso, e isso não depende da aquisição das ciências. Àqueles que não tem o verdadeiro domínio da linguagem, da linguagem auto-expressiva e narrativa, para eles, inumeráveis conceitos científicos vão ficar como elementos coisificados, que não podem se integrar totalmente na consciência porque não têm inteligibilidade suficiente, mas aos quais, ao mesmo tempo, eles vão prestar uma espécie de culto, porque vão acreditar que aquelas coisas são verdades. No instante em que o sujeito admite verdades que não estão absorvidas na sua consciência, ele está criando ídolos, é um fetiche da verdade.

Vamos ver se em uma próxima aula explicamos mais sobre o desenvolvimento do romance. Vamos fazer um intervalinho e depois eu vou responder algumas perguntas.

Antes de responder as perguntas eu queria lembrar que, novamente, há três pessoas que estão usando o espaço do nosso chat para conversa mole, abobrinhas, etc. Por favor, parem com isso, um fórum se destrói quando começam essas coisas, não podemos permitir que isto aconteça. Parem, usem somente para assuntos diretamente ligados ao curso, e não para debates. Usem o *chat* para trocas de informações, para envio de perguntas, etc.

Marcela Andrade manda um recado. É o seguinte: “o grupo de transcrições de aulas está precisando de voluntários para colocar em dia as transcrições e as revisões de aula”. Isso é um trabalho de uma importância fora do comum, porque todo esse material terá de ficar à disposição dos alunos que entrarem depois. “O grupo passou por uma reorganização e há muitos alunos novos que talvez ainda não saibam como podem colaborar. Os interessados devem por favor mandar um email para transcricoescof@gmail.com, caso queiram colaborar nas transcrições; caso queiram colaborar nas revisões para revisoescof@gmail.com. Obrigado, Marcela”.

O André Marques me manda uma pergunta muito interessante, mas eu não vou responder porque ela é matéria futura do nosso curso, bastante futura. É uma questão sobre o conhecimento por presença. Para tratar desse assunto de maneira frutífera, nós necessitamos de uma série de instrumentos técnicos que não foram dados ainda. Claro que eu posso até falar disso em outras circunstâncias, mas aqui eu só mencionei de passagem, e ele ainda não é matéria do nosso curso, mas será.

Eu queria aproveitar a ocasião para avisar o seguinte: se eu estou colocando todas essas advertências, todos esses cuidados, todos esses exercícios, todas essas práticas como condições prévias para o estudo da filosofia no sentido formal e quase acadêmico da coisa, é porque esse estudo implica perigos enormes. Primeiro, há esse perigo da coisificação da lógica, que é uma coisa cujos resultados eu vejo aqui nos Estados Unidos. O pessoal estuda muito isso, e os resultados são absolutamente devastadores. Se não há toda essa pré-formação que ajuda o indivíduo a ter o foco sobre aquilo que interessa mesmo – que não é pensamento lógico, que não é nem pensamento, mas é ligação de pensamento e experiência –, é uma coisa terrível o que você pode criar de confusões inextrincáveis, confusões tão sofisticadas que nunca mais você sai de dentro delas.

Tenho uns amigos aqui que vivem levantando as questões mais artificiais. São pessoas inteligentíssimas, cultíssimas, americanos, mas cujo pensamento está tão longe, que cada vez que colocam uma pergunta eu tenho todo um trabalho de trazer eles de novo para o campo da experiência imediata, e daí praticamente dissolver a pergunta. Perguntas tidas nominalmente e tradicionalmente como filosóficas – como, por exemplo, essa questão de determinismo e livre arbítrio, o problema da causalidade – se colocaram para certas pessoas em certos momentos determinados e em função de determinadas experiências. Então, para restaurar o sentido que essas

perguntas tinham originariamente, nós temos de remontar a experiência, e talvez remontando a experiência nós nos livremos da pergunta automaticamente, porque, às vezes, elas resultam de uma observação errada que o sujeito fez.

Um caso clássico é o do David Hume com as bolas de bilhar. Ele simplesmente viu a coisa errada e daí e tirou uma questão filosófica praticamente insolúvel. Se tomar a questão tal como ele a formulou e tentar trabalhar logicamente, você nunca mais sai de dentro dela. Quando você remonta à experiência que originou a coisa, você vê que é claríssimo onde está o engano. Vamos guardar a sua pergunta, a pergunta sobre conhecimento por presença tal como aparece no livro do filósofo persa Suhrawardi. É uma pergunta interessante, um negócio muito bom, mas não é o momento.

Aluno: na aula 45, você leu para nós o artigo que sairá em breve no diário do comércio, onde relata que a classe universitária, em certo momento, passou a considerar a adesão política como um dever acadêmico em si mesmo, e talvez o mais importante. Dias depois, morre Gildo Marsal Brandão, e esse nome está em todos os noticiários na internet. Nos necrológios destaca-se como sua grande realização, e não como detalhe biográfico, ter sido comunista militante.

Olavo: Quer dizer que a grande coisa que ele fez foi ser um militante comunista. Normalmente, nos anos sessenta, isso sairia publicado no jornal do partido comunista, *A Voz Operária*, e daria nos jornais uma notinha desse tamanho, no máximo. Isso quer dizer que os critérios de importância do jornalismo de partido, jornalismo do partido comunista, foram cem por cento absorvidos pela grande mídia. Hoje, vocês estão lendo *A Voz Operária* tal como nós líamos nos anos sessenta.

Aluno: Lembro que em uma aula o senhor afirmou que havia uma simetria entre as catedrais medievais e a obra de São Tomás de Aquino. Pois bem, estou lendo o livro Como a Igreja Católica Construiu a Civilização Ocidental [de Thomas E. Woods Jr.] e deparei com a seguinte afirmação: “a construção da catedral gótica tem sido, às vezes, creditada à mentalidade escolástica. Os escolásticos, de quem São Tomás de Aquino foi o exemplo mais ilustre, construíram todo um sistema intelectual. Não se preocupavam apenas em responder a esta ou àquela questão, mas de erguer edifícios inteiros de pensamento. As suas Summas, as quais exploram todas as questões mais importantes relativas a um tema, eram tratados sistemáticos e coerentes, em que cada conclusão particular se relacionava harmonicamente como todas as outras, tal como os vários elementos que compunham a catedral gótica trabalhavam juntos para criar uma estrutura de extraordinário coerência interna.”

Olavo: É exatamente isso. [2:30] Isso está descrito com detalhes, se você quiser mais informações, no livro *Arquitetura Gótica e Pensamento Escolástico*, do Erwin Panofsky, que, aliás, não é um autor católico.

Respondendo a Cristiano Barbosa, a dificuldade que você coloca a respeito das classificações é uma dificuldade técnica encontrada no Mário Ferreira. Eu peço

também que você espere. Eu não vejo como nós possamos tratar tecnicamente disso no momento, mas vamos fazê-lo.

Juliana Camargo Rodrigues tem uma pergunta interessantíssima. Ela diz:

Aluno: Por mais de quinze anos da minha vida estudei a Conscienciologia e apliquei muito do que conheci lá. No entanto, fenômenos como a projeção astral, onde adquiri conhecimentos posteriormente confirmados por mim, a telepatia inúmeras vezes evidenciadas, a clarividência e outras inúmeras vivências que tive, na maior parte das vezes tiveram um efeito positivo em mim. Onde ficam então essas experiências dentro de tudo aquilo que o senhor vem nos ensinando?

Olavo: Em primeiro lugar, essa experiência existe, todos esses fatos existem, já foram abundantemente comprovados, e no Brasil existe um cidadão que fez um repertório monstruoso desses fenômenos, com milhares de confirmações, que é o Waldo Vieira, que deve ser com quem você estudou. Eu acho um trabalho altamente meritório da parte dele, porém a grande vantagem que se pode obter com esses estudos é perceber que a consciência humana de fato não está limitada a espaço e tempo, ela penetra além disso. Ela não tem uma liberdade absoluta fora do espaço e tempo, mas ela tem certas incursões em terrenos que transcendem espaço e tempo. Se não houvesse isso, nós nem poderíamos saber o que é espaço e tempo. Se não houvesse esta abertura, nós não poderíamos entender que existe uma moldura de espaço e tempo que, em geral, nos limita, mas não sempre. Portanto, eu acho que esses estudos são importantes, mas acho que são também de um perigo extraordinário. Isso pode dissolver a consciência de uma pessoa. Todos os estudiosos disso são aventureiros arrojados, que entram na *selva selvaggia*, e que podem ser comidos pelo leão, pela loba. De forma que, ao mesmo tempo em que existe um mérito em quem empreende esses estudos, há também uma advertência: vá com cuidado, e lembre-se que a única coisa que você vai adquirir com isso é saber que a sua consciência não está limitada a espaço e tempo, como normalmente se pensaria. Qualquer conclusão que vá além disso não tem mais justificção. Mas se você queria alguma certeza a respeito disso, você já a tem. Mas saiba que o que você estudou lá será cada vez mais útil, tanto mais você aprender a articular tudo em torno do método da confissão. Por exemplo, veja que certas experiências que você teve, você as vivenciou pessoalmente, não tem mais como negá-las. Você vai ter que confessar, e dizer: “Eu sei disso, eu vi, eu estava lá. Eu não sei ainda qual é o nível de inteligibilidade disso, não sei se posso dizer exatamente o que se passou, mas algo se passou”.

A minha sugestão é que você reveja tudo o que estudou lá, à luz do método da confissão: o que você efetivamente sabe, efetivamente entende, e tudo o mais que está nebuloso você deixa pra depois.

Aluno: Estive refletindo sobre a questão da igualdade e cheguei à conclusão, até bastante óbvia, de que a igualdade total somente existe na Matemática. E passei a me indagar: será que a progressiva matematização das ciências, que o senhor já tratou neste curso, influenciou os movimentos sociais e as ciências humanas, copiando as exatas, de modo que passaram a exigir igualdade

absoluta? Será que houve a transferência, inconsciente que seja, de uma equação matemática para as chamadas lutas sociais?

Olavo: Sem a menor sombra de dúvida. Com o conceito de igualdade se passa o mesmo que com o conceito de liberdade: ele não pode ser um princípio de nada. A igualdade é relativa a tantos outros fatores, que ela será no fim das contas a resultante final de uma quantidade imensa de confrontações dentro de uma ordem pré-existente. Quando as pessoas não têm idéia da complexidade disso e passam a acreditar numa espécie de igualdade substantiva, elas estão completamente loucas. Não tenha a menor dúvida de houve com esta matematização das ciências e esse ideal da perfeita racionalidade lógica – que em si mesma é uma idéia irracional, porque não confere com as possibilidades reais da experiência humana –, pelo menos, uma certa inveja das ciências matemáticas por parte das ciências humanas e dos ideólogos. Houve uma espécie de inveja daquelas equações perfeitas da matemática. No livro do Paul Hazard, *A Crise da Consciência Européia*, que é um dos grandes livros da humanidade, ele descreve os jardins da França do tempo do Luis XIV, que eram uma espécie de matematização da paisagem. É claro que houve isso.

Aluno: A aula 44, onde o senhor falava sobre o nosso desconhecimento dos fatores genéticos que nos formaram, me despertou para a importância de procurar saber quem somos e de onde viemos. Existe uma figura na minha família materna, meu bisavô, José da Silva Pinto, que sempre foi bastante marcante na história da família, e ao qual, enquanto crescia, eu era constantemente comparado. A história do vô Juca foi um tanto trágica. Ele era um membro do Partido Comunista Brasileiro, foi preso pelo governo Getúlio. Minha avó ainda mocinha tinha de levar comida pra ele na cadeia. Ele procurou comunicar suas crenças perante os filhos, e viver de acordo com elas. Como resultado, a vida de sua família foi sempre muito difícil. Ele se recusou a subir na vida, a despeito de ser intelectualmente bem dotado, a fim de estar próximo e lutar pelos proletários. (...)

Olavo: Você veja, existiam comunistas assim antigamente, que coisa extraordinária! Mas note bem, esse tipo de comunista só existe nas esferas mais baixas do movimento. É o militante, o verdadeiro crente, como chama o Eric Hoffer. O verdadeiro crente comunista é capaz de sacrificar sua carreira, seus bens pessoais, em vista de uma militância proletária. Eu conheci muitos tipos assim. Podiam até ser pessoas importantes na hierarquia partidária, mas de um paiseco do terceiro mundo. Nas altas esferas do partido comunista isso nunca existiu. E hoje em dia eu acho que isso não existe mais em parte alguma. Se o sujeito quer subir na vida, ele tem que entrar logo no partido comunista ou pró-comunista para se garantir. Esse tipo de moral ascética comunista existe nos períodos de muita perseguição, onde o partido está colocado na clandestinidade. Aí somente os homens de ferro agüentam viver dentro daquilo, e eu conheci muitos desse homens de ferro. Inclusive um dos caras mais cultos que eu conheci na minha vida, o Nabor Caires de Brito (que tinha chegado a altos postos no jornalismo, e depois abdicou de tudo isso), quando eu o conheci, ele era um homem muito pobre. Ele foi o único brasileiro que eu conheci que estudou Hegel realmente. Tinha dois, o Djacir Menezes,

que era reacionário e passou a vida lendo Hegel, e o Nabor Caires de Brito, que aos 70 anos decidiu finalmente estudar Hegel como se devia. Então, eram tipos abnegados. Eu tive parentes também assim, ou contra-parentes, na verdade. Eram homens que sacrificaram tudo pela causa, mas isso em épocas de clandestinidade, como na época do governo Getúlio. Um partido que está colocado na clandestinidade, qualquer que seja a sua ideologia, produz esses homens de ferro, que tudo sacrificam, imunizando-se assim contra a influência corruptora da sociedade em torno. Não é a matéria, o conteúdo ideológico do partido comunista que determina isso.

Estude, por exemplo, a história de Revolução Espanhola e veja como do lado franquista revolucionário existia um monte de tipos assim. [2:40] Vocês devem ter ouvido a história do General Moscardó, comandante do Alcázar de Toledo, a fortaleza cercada, tinha cerca de 1000 pessoas ali dentro.

[queda na transmissão].

Eu estava explicando que esse tipo de militantes que renunciam a tudo, que se tornam homens de ferro incorruptíveis à sociedade em torno, isso acontece em qualquer partido que esteja na clandestinidade ou na marginalidade, que seja perseguido pelas autoridades, sempre sobram pessoas assim. Agora, quando o partido está em sua plena glória, ao contrário, florescem os oportunistas que enriquecem facilmente. Isto é em todos os partidos.

Se você procurar, por exemplo, na militância franquista, na revolução espanhola, verá que existem inúmeros tipos assim, que concordavam em perder tudo pela causa. Eu estava citando o exemplo do General Moscardó, comandante do Alcázar de Toledo, que na fortaleza com mil pessoas dentro, cercada por vinte mil que possuíam canhões, aviões, estavam armados até os dentes, e ele resistiu até o fim. Do lado de fora, os comunistas prenderam o filho do general, e disseram: "General, ou o senhor entrega a fortaleza, ou nós vamos fuzilar seu filho". O general disse: "Ponham meu filho na linha", e a seguir disse ao filho "Reze o Pai Nosso e morra como homem". Ao que filho respondeu: "É isso aí, papai", e foi embora. Portanto, tem pessoas assim.

Antes da revolução, o maior interesse do general era futebol. Ele era treinador. Quando terminou a revolução, com o partido dele vitorioso, ele voltou a ser treinador de futebol, não teve nenhum cargo de governo nem coisa nenhuma. Esses tipos aparecem dependendo das circunstâncias. As piores situações, os piores regimes, geram as melhores pessoas.

Aluno: (...) Sempre carreguei essa história comigo, mas nunca havia me lembrado bem dela até ouvir a aula 45. Aí tudo se iluminou, esse processo foi fundamental na minha história familiar. Aquele sentimento de revolta pela situação de gente que não tinha sequer a menor capacidade de compreender a sua situação no mundo, certamente experimentado pelo vô Juca, foi o mesmo que de certa forma causou os problemas no casamento da minha avó, e o mesmo que experimentei quando adolescente.

Olavo: Mas é batata. O Szondi tem razão quando diz “Os nossos antepassados estão dentro de nós, cobrando que repitamos a sua existência”. Mas nós não podemos simplesmente ceder a esse impulso, literalmente e passivamente. Nós vamos ter de combinar esses fatores. E quem combina esses fatores é a consciência, ou o ego, que o Szondi por causa disso chama de *ego pontifex*, aquele que faz as pontes entre os vários personagens ancestrais que disputam a nossa alma e entre as pressões externas que a disputam. Lembremo-nos do livro *Diário da felicidade*, em que se colocam as três alternativas de ação para uma situação de opressão desumanizante. A primeira alternativa é considerar-se morto; a segunda alternativa é aceitar ser um marginal, um mendigo ou coisa assim. É a opção do vô Juca. A terceira é partir para a porrada.

Aluno: Segundo as minhas leituras na linha de Schwaller de Lubicz encontrei, graças a um colega do Seminário, Wellington, um livro chamado Geometria Sagrada, de Robert Lawlor, que tem-me aberto novos horizontes e confirmado a importância da geometria. Logo no começo do livro, Lawlor fala da introdução do número zero nas matemáticas modernas, e a sua consequência na filosofia, na geometria e na psicologia, etc. Ele fala da ruptura da lógica simples e natural da aritmética, para a introdução de uma lógica mental mais complexa, que teve como consequência o desenvolvimento, no Ocidente, do ateísmo e da negação espiritual.

Olavo: Sim, isso acontece a partir da introdução, por Guilherme de Ockham e Pedro Abelardo, do que eles chamavam “lógica dos sinais”, onde os sinais lógicos são considerados independentemente da substância e das coisas que elas representam na realidade. Era, portanto, uma espécie de autonomia da lógica, em que se focava exclusivamente a mecânica interna dela. As regras da lógica, como da aritmética, podem ser encaradas assim, evidentemente, para fins de simplificação ou de codificação. Porém, à hora que isso se transforma num vício e numa instituição, aí não tem mais um caminho de volta para a realidade. É justamente disso que eu tava falando no começo. Claro que eu não sou contra o aperfeiçoamento formal da lógica ou de qualquer outra disciplina. Ao contrário, isso pode dar resultados muito bons. Mas eu acho que, a partir da hora em que você rompe os laços com a ontologia, aí você cria uma situação muito difícil. Mesmo porque os seus raciocínios, dali por diante, o único elo que eles podem ter com a realidade é através da confirmação experimental. Mas aí acontece que o tecido do discurso científico começa a ser como comparou Ortega y Gasset: é como se fosse uma linha sinuosa que bate na realidade em certos pontos, mas só em certos pontos, e você não tem nem como medir a distância entre um ponto e outro. E o conjunto desses pontos em que a ciência bate com a realidade não forma um tecido parecido com a realidade da experiência. O resultado é, paradoxalmente, negar o valor da experiência, que é por sua vez o fundamento da própria ciência. Aí vira, vamos dizer, um cachorro que corre atrás da própria cauda. No momento que está instalada essa situação, isso é um convite à fraude generalizada. Quer dizer, uma certa inconsequência existia já desde a formação da ciência moderna.

Aluno: O plano de estudar a metodologia científica no segundo ano do curso ocorrerá juntamente com os estudos platônicos e aristotélicos de filosofia clássica?

Olavo: Bom, a primeira coisa que nós vamos fazer aqui é estudar lógica clássica e a teoria do conhecimento tal como apareceram em Platão e Aristóteles. Eu estou traduzindo alguns textos que serão usados pra isso, e eu acho que depois de todas essas advertências que eu coloquei aqui, nós podemos entrar nesses estudos, já imbuídos de uma certa prudência que nos impeça de nos deixar hipnotizar por essas estruturas, porque a lógica aí vira um jogo, e todo jogo é um vício.

Eu particularmente fui muito bem defendido disso, por não gostar de jogo nenhum. Quando eu era criança, eu tinha umas tias que jogavam buraco. Elas eram três e então sempre ficava faltando um parceiro. Portanto, era eu que tinha de entrar eu ali. Eu peguei ódio por aquele negócio e até hoje não consigo me interessar por jogo nenhum. Claro, às vezes o jogo pode ser um símbolo esquemático da realidade. Mas, quando você tem diretamente a percepção esquemática da realidade, isso é como você transar com uma boneca de borracha. A boneca é um símbolo algébrico, não é? Mas há quem prefira.. [2:50]

Aluno: Pesquisando na rede mundial de computadores, descobri que nos EUA existe uma fundação de livres pensadores, denominada Freedom from Religion Foundation, que trabalham para manter Estado e Igreja separados e para educar o público do ponto de vista dos não-teístas. A Freedom from Religion Foundation define o livre pensador como o indivíduo que pensa livremente em matéria religiosa, só aceitando as doutrinas que se conformem com a sua razão, independente de tradição, autoridades ou crenças. Entre os livres pensadores, incluem-se os ateus, os gnósticos e os racionalistas, e que ninguém pode ser livre pensador, se exigir conformidade com a Bíblia, credo ou Messias. Para um livre pensador, a revelação e a fé são inválidas, e a ortodoxia não é nenhuma garantia da verdade. (...)

Olavo: Bom, é claro que isso é uma auto-imagem que eles criam. A partir do momento em que decretou essa auto-imagem, você pode se achar parecido com ela, mas é sobretudo um papel teatral que você está desempenhando. Primeiro, vamos perguntar para esses camaradas: “o que é essa tal da razão, que você tanto idolatra?” Eu acho que a razão se origina da distinção entre o finito e o infinito, entre o fechado e o aberto. Se não há ciência da transcendência, não há razão nenhuma aí, é absolutamente impossível. Mas como o indivíduo usa o termo genérico razão para designar apenas uma das funções específicas da razão, que é a lógica silogística, a qual é puramente um automatismo, então ele evidentemente não tem de dar conta dos fundamentos da sua razão. O que ele denomina razão é na verdade a adoração fetichizada de certos procedimentos específicos da razão, desenvolvidos ao longo de muito tempo, e que são resultado de experiências que foram acumuladas ao longo de milênios e que ele desconhece completamente. Então esse é o fetiche da razão do século XVIII. Não há razão nenhuma nisso aí. Isso é realmente apenas um fetiche, uma auto-hipnose. Essa auto-hipnose, como toda fuga da realidade, ela se defende tenazmente.

Então, por exemplo, quando ele diz que a revelação e a fé são inválidas, ele está entendendo a revelação como uma doutrina, e a fé como crença em uma doutrina. Ora, nós sabemos que a revelação e a fé não são isso. A revelação é uma seqüência de acontecimentos que, ou você prova que eles não aconteceram e que continuam não acontecendo, ou então você tem que aceitá-los ao menos como fatos. Por exemplo, quando Cristo cura o paralisado, o cego e diz “A tua fé te salvou”, ele está usando evidentemente uma metonímia, porque, quando o cego passa a enxergar ele tem apenas fé que ele passou a enxergar, ou isso é um fato que aconteceu no mundo material? Então, a fé pode estar no começo do processo, mas não pode ser o seu resultado. A existência dos fatos de ordem miraculosa é uma coisa que você só pode negar se for por um dogmatismo cego.

O número de fatos miraculosos que há no mundo é uma coisa tão assombrosa, que confrontado com isso esses camaradas aqui, que se acreditam tão realistas, estão exatamente como o sapo no fundo do poço. Você pergunta pra ele o que é o céu, ele responde que é um buraco no meio do teto. São pessoas cegas, burras, tacanhas, sem nenhuma compreensão do que é ciência, do que é conhecimento, mas que gostam de posar como se fossem Voltaire, Diderot, os heróis da razão, contra o obscurantismo. Tudo isso é evidentemente uma palhaçada, intelectualmente isso é desprezível. Se você ler a obra do Eric Voegelin, em nenhum momento ele encara as coisas de um ponto de vista religioso. Ele está falando de ciência política o tempo todo. Esse universo do Voegelin é incompreensível para uma pessoa assim. Ele não pode entender. Continua o aluno:

Aluno: (...) Segundo a “Freedom from religion foundation”, os livres pensadores são naturalistas. Dizem eles que sabem o que é verdadeiro, e que a verdade é o nível ao qual uma declaração corresponde à realidade. A realidade por sua vez é limitada ao que é diretamente percebido através dos sentidos naturais, ou indiretamente averiguado através do uso da sua própria razão. (...)

Olavo: (...) Muito bem, mas como é possível que existam essas duas coisas, isto é, por um lado existem fatos confirmáveis pelos sentidos, por outro lado existe uma faculdade indutiva e dedutiva chamada “razão”. Por que existe isso? Por que isso é assim? De onde isto sai? Isto veio pronto? Quais são as experiências que fundamentam esta crença? O que garante a você que, primeiro: a realidade se constitui somente desses dois elementos? Segundo: que esses dois elementos têm alguma confiabilidade? O que esses camaradas fazem é pegar certos conceitos elaborados historicamente e fetichizá-los, como se eles fossem princípios auto-explicáveis. Eles não são capazes de desdobrar analiticamente esses conceitos, muito menos de averiguar qual é o fundamento deles na experiência. Por exemplo, eles nem de longe percebem que qualquer raciocínio indutivo que você faça sobre a realidade pressupõe a perfeita coincidência entre a estrutura da sua razão e a estrutura do mundo exterior. E esta coincidência, por sua vez, não pode ser provada nem por observação sensível nem por indução científica. Então, o que eles estão colocando como fundamento requer na verdade um fundamento, sem o qual aquilo não faz o menor sentido, e eles são incapazes até mesmo de averiguar isso e de perceber a necessidade desse fundamento. Portanto são pessoas

que, filosoficamente, estão fora da jogada, são primários, pessoas bobas apenas.

Aluno: (...) *Portanto, para que uma declaração seja considerada verdadeira, ela deve ser: a) possível de ser testada, para encontrar evidências ou provas através de repetidos experimentos que a confirmariam. (...)*

Olavo: Um momento. O fulaninho fez um experimento. Depois eu fiz o mesmo experimento e verifiquei a mesma coisa que ele verificou. O teste depende, portanto, de uma infinidade de testemunhos, porque se cada um que fez o teste dá o seu testemunho, você não vai poder por sua vez testar todos os testemunhos. Aí ele está dizendo o seguinte: nós dependemos da confiabilidade das pessoas. A ciência se baseia inteiramente na confiabilidade dos depoimentos dos cientistas. Inteiramente! Não há nenhuma maneira de você isolar o problema da responsabilidade pessoal remetendo todos os testes a máquinas e computadores para que eles façam os testes, independentemente de qualquer viés humano. Em algum momento um observador humano vai ter de observar aquilo e dizer se isso é verdadeiro ou falso. Isso quer dizer que a adoção desse método não elimina de maneira alguma o problema da credibilidade, da confiabilidade e da fé. Eles estão baseados na fé na honestidade de uma comunidade científica. Ora, experimentalmente nós sabemos que essa confiabilidade é mais do que relativa. Mais ainda: em nenhuma ciência o estudante tem a ocasião de testar pessoalmente cada um dos elementos que compõem o corpo teórico, o corpo doutrinal dessa ciência. Portanto, você depende da confiabilidade de uma tradição. Então, dizer que nós só aceitamos a experiência, isso é mentira. É impossível testar tudo pela experiência. [3:00] Nós confiamos naquilo que os outros dizem sobre as suas experiências. Que outros? A aqueles que nós denominamos cientistas. Eu digo: me dê uma única razão para aceitar que o indivíduo que tem uma profissão acadêmica (na qual ele tem que concorrer com milhares de outros, na qual ele vive envolvido em tramas de concorrência grupal, buscando, cavando, verbas etc.) é mais confiável que um mártir da Santa Igreja. Isso é um absurdo. Humanamente falando, moralmente falando, o nível moral da classe científica não é lá essas coisas. E se você vai depender da confiabilidade da comunidade, eu digo: olha, racionalmente falando, os testemunhos dos santos e mártires são obviamente mais confiáveis do que os testemunhos de qualquer número de cientistas que seja. Quando se vê hoje esse confronto em torno do aquecimento global, em que metade da comunidade científica jurou uma coisa, metade jurou a outra, cada uma acusando a outra de ter-se “vendido”, eu digo: “uai!”. Claro que já houve confrontos teológicos dentro da Igreja; mas não onde todo mundo saia acusando o outro de se ter ‘vendido’”.

Portanto, se você depende da honestidade, da moralidade, você está dependendo do quê? De uma tradição. Isso é absolutamente incontornável. E a idéia de livrar-se completamente da tradição, bom, isso teria de livrá-lo das primeiras estruturas de aprendizado que você adquiriu. Isso é uma coisa tão boba, que não deve ser levada em conta. Essa *Freedom From Religion Foundation* (FFRF), isso é um bando de semi-analfabetos, burros, que não sabe nem o que é ciência.

Em segundo lugar, você tem: “a primeira condição para verdade é ser [ela] possível de ser testada”. Ah! Quer dizer que a sua convicção íntima tem que ser testada! O testemunho que você dá sobre si mesmo tem que ser testado. Quem pode testar, meu filho? Se você foi testemunha única de um crime, cujos indícios materiais desapareceram, o seu testemunho deixa de ser verdadeiro por não poder ser confirmado? Você está trocando o verdadeiro pelo confirmável, sendo que o confirmável é uma parte ínfima do verdadeiro. E essa parte do confirmável só adquire validade em função do fato de que você aceita a existência do verdadeiro. O verdadeiro não é só aquilo que se conhece. Há uma infinidade de verdades que você não conhece, e você já admite como verdades potenciais. Sem isso não se pode dar um passo no progresso científico. Não se pode fazer uma única investigação científica sem isso.

Esses camaradas não têm idéia do que seja a prática de ciência nenhuma. Não têm idéia do que são as condições de averiguação da verdade, e assim por diante.

(...) *“As outras condições da verdade devem ser refutáveis...”*

Aluno: Isto é, só é científica uma teoria que seja refutável.

“... ou seja, que possa ser desmentida e contradita em linha de princípio”(...)

Bom, você acha que o método científico é refutável? Você pode provar experimentalmente a veracidade do método experimental? Não, não pode. Então, acabou.

(...) *“A verdade deve ser parcimoniosa, isto é, deve ser a explicação mais simples” (...)*

Quem disse? Isso é um ato de fé. Você está supondo que todo o universo desconhecido tem explicações simples. Ora, o que justifica isso? Só a sua necessidade de simplificar. Você está trocando o simples e confirmável pela verdade, quando a mais mínima experiência do universo real mostra que você desconhece a maior parte dele. [A mais simples experiência mostra] que, quando a ciência chega a seu supra-sumo de perfeição, como acontece com a teoria quântica, ela desemboca em mistérios absolutamente insolúveis e numa multiplicidade de explicações possíveis; e que essa simplicidade que você está querendo só existe em níveis muito baixos da ciência. E assim por diante. São, realmente, inconsistências psicóticas.

Aluna: Minha filha pergunta: sendo o Estado o que regula as relações humanas, as relações matrimoniais, não se constitui então uma verdadeira escravidão?

Olavo: Sim. Mas hoje não é só o Estado, é o Estado amparado por todo este maquinário infernal da mídia, dos serviços secretos, das ONGs etc. É claro que isso é uma escravidão, minha filha. Veja, o que pode haver de mais íntimo entre duas pessoas do que uma promessa de amor eterno? O que é essa promessa de amor eterno? Significa você dizer para a outra pessoa: “eu vou te perdoar sempre”; “eu serei sempre o teu advogado”; “não vou te condenar jamais, jamais”; “eu sempre vou estar do teu lado”; ‘mesmo que você faça o pior dos pecados, é a mim que cabe te defender, e não passar a te amar

menos por causa disso". É a coisa mais íntima que dois seres humanos podem fazer. Agora, se você disser que isso vai ser garantido pela mídia, pelo código civil, pela polícia... [3:10] Ora! A opressão em torno de você é tanta, que você vai fazer aquele juramento por medo. Eu conheço, tenho experiência disso. A maior parte dos casamentos que eu conheço é sustentada pelo medo. Não há mais fidelidade interior nenhuma. As pessoas não perdoam nada. Estão loucas para descobrir o pecado do outro, para pedir divórcio ou para desgracar a vida do fulano.

Aqui, nos Estados Unidos, há uma lei assim: a mulher chega à delegacia e diz "o meu marido ameaçou me bater". Imediatamente, o camarada é chamado pelo delegado, que lhe diz o seguinte: "meu filho, de agora em diante você tem de se manter a dez quilômetros da sua casa. Você não pode ver os seus filhos, exceto em dias determinados e na presença da sua esposa. Você tem de pagar todas as despesas dela, e mais as suas, evidentemente; então você vai ter que sustentar duas casas. Se você telefonar para o seu filho fora dos dias e horas marcados, você será preso". Daí o cara diz "mas como? Eu não tenho nenhum direito de defesa?". E o delegado responde: "não, o senhor não está sendo acusado de nada. Isto é apenas uma media preventiva". E a "medida preventiva"] pode durar o resto da sua vida.

Pergunto eu: o que vale um casamento celebrado nessas condições? Não vale nada. Isso é uma blasfêmia. Isso é uma ofensa. Você dizer "ah! fazendo isso estou obedecendo a um mandamento divino...". Não está não, meu filho.

Eu acho que, a partir do século dezesseis, as lideranças católicas mostraram um despreparo intelectual monstruoso para lidar com as novas situações. Realmente não entenderam o que estava acontecendo. Não entenderam a profundidade da perversão que estava sendo implantada no mundo. A Igreja tentou se adaptar a isto, mas então fez pior ainda, como no Concílio Vaticano II. No Concílio, eles mudaram a liturgia, esculhambaram com o dogma, esculhambaram com tudo o que era mais essencial, mas diz-se "não, está lá o celibato clerical, o matrimônio indissolúvel". Ou seja, tudo aquilo que pesa sobre o indivíduo ficou como uma estrutura de ferro na qual não se pode mexer. Mas pode-se mexer em todo o resto. Ninguém pensou o seguinte: na Igreja há uma coisa que se chama "anulação de casamento" (na Igreja não há divórcio, mas anulação de casamento). "Anulação de casamento" se faz, por exemplo, pelo que eles chamam "erro essencial de pessoa". Você pensou que a pessoa fosse de um jeito, depois que casa [com ela] descobre que ser ela uma outra coisa completamente diferente. Pensou que o marido era um sujeito honesto e tal, descobre que ele é um estelionatário. A Igreja anula o casamento. A dificuldade para anular casamento é uma monstruosidade, leva anos. Nas condições modernas, a possibilidade de "erro essencial de pessoa" é enorme, monstruosa. A Igreja tinha obrigação de facilitar a anulação dos casamentos, mas não o fez.

Para compensar, o Concílio esculhambou com a liturgia; para compensar, a Igreja se vendeu para o governo soviético (criando, assim, a auto-excomunhão automática de centenas de bispos); para compensar, deixou que lá se enchesse de comunistas, de militantes gays etc. Amolece onde não devia, e endurece onde não devia, também.

A Igreja pode fazer isso? Ela não tem o direito. A Igreja é mãe e mestra. Mãe e mestra tem de ensinar, não fazer essas burradas. Quando os papas, cardeais e bispos se revelam incapazes de dirigir a si mesmos, como vão dirigir nossas vidas, meu Deus do Céu?

Eu não estou colocando em dúvida o mandato do papa; eu não sei. Se me perguntarem “o papa é papa, ou vale o ‘sedevacantismo’?”. Eu não sei, eu não sou obrigado a ter uma solução para essas coisas. Eu sei é que nós vivemos em uma situação paradoxal, e nesta situação paradoxal às vezes não temos a quem pedir socorro. Não tem uma autoridade humana, institucional, a quem possamos recorrer. Então, não é uma questão de desobedecer a Igreja, a questão é: cadê a Igreja?

Por exemplo, agora está o pessoal da CNBB (Conselho Nacional dos Bispos do Brasil) escandalizado por causa do abortismo etc. Eu digo: mas não foram vocês que colocaram os abortistas no poder? E agora, como é que faz? Como é que se vai voltar atrás?

Então, é escravidão sim. Quem tinha razão era Nietzsche: “o Estado é o mais frio dos monstros”.

E, sobre a separação entre Igreja e Estado, quem deveria querer essa separação, radicalmente, é a Igreja — ela deveria dizer “nós não temos nada a ver com essa instituição do capeta. Nós não queremos o apoio dela; nós não queremos que os nossos mandamentos morais se convertam em leis do Estado; nós queremos que o Estado nem nos defenda, nem nos ataque; nós não queremos ter nada a ver com ele”. [Eu proporia isto] não como princípio, mas como reação a uma situação concreta.

Aluno: No curso História Essencial da Filosofia, o senhor nos ensinou que o ser humano não capta nada além do sensível. Platão e Aristóteles captaram as idéias, ou formas. Eu pergunto: elas são sensíveis?

Olavo: A resposta é sim, e Aristóteles tem razão: nós captamos as formas eternas, porém não em si mesmas; nós as captamos no sensível. Isto inclui essas experiências a que se referiu a Juliana. Essas experiências extra-corporais, elas não são extra-sensíveis. Por quê? Porque você viu alguma coisa; você ouviu alguma coisa. Você não teve acesso a formas puras. Isso quer dizer que a sensibilidade humana transcende, às vezes, os seus próprios limites, por minutos, penetrando em uma área que já não está vinculada às limitações que o corpo tem do espaço e do tempo. Mas isto ainda constitui experiências sensíveis.

Se você captasse diretamente as formas puras, tal seria menor milagre do que captá-las nas formas sensíveis. Porque todos os animais, todos os entes vivos, eles, quando captam, apreendem um corpo, eles apreendem só aquele corpo. Nós apreendemos a universalidade dele. Isso é um milagre fora do comum. Se você subisse ao mundo das formas para enxergá-las de maneira pura, este mundo das formas estaria ainda separado do mundo sensível, e você não teria nem como voltar. Trata-se de um dos grandes problemas da filosofia platônica, que Platão só resolve no seu ensinamento oral. Nas obras de Platão não há a solução disso.

No livro *Por Uma Nova Interpretação de Platão*, Giovanni Reale vai mostrar que acima do mundo dos sentidos e do mundo das formas, Platão reconhece o mundo dos princípios. E o mundo dos princípios é o quê? É o que cola o mundo das formas ao mundo dos sentidos. Essa cola é a vigência dos princípios universais, que permite que nós captemos o universal no singular. Ou seja, todo este mundo dos conceitos universais só existe para os seres humanos. Isto, de certo modo, responde àquela pergunta que eu não queria responder, que é a pergunta do André Marc sobre o Suhrawardi. Nós vamos voltar lá. Eu não darei uma resposta ainda, mas apenas um ensaio de resposta. Mais tarde nós voltaremos ao assunto. Está aqui a pergunta:

Aluno: Suhrawardi rejeita o conceito aristotélico da definição essencial. Se supõe que tais definições revelam a essência dos universais, mediante a proximidade do gênero próximo e diferença específica. Ele argumenta que quem conhece a coisa não precisa da definição.

Olavo: Isso é uma bobagem sem tamanho. Se você viu a coisa, já captou a forma universal dela. De fato você não precisa da definição verbal; o que você tem é o conceito, que é a definição tal como aparece, não na sua fala, mas no seu *verbum mentis* (verbo mental, verbo interior, fala interior). Não é possível você ver um gato sem captar esse conceito universal dele.

Então, não se esqueçam que a perspectiva do Suhrawardi é uma perspectiva de técnica mística, e não uma perspectiva de doutrina metafísica. Aqueles que buscam técnica mística freqüentemente falam coisas que não são propriamente verdade, mas coisas que você deve pensar para chegar a um tal ou qual resultado místico.

Olha, tentar discutir com Aristóteles não é fácil, gente. [3:20] Não é fácil. Vocês não sabem quantas vezes eu tentei. A gente vira e revira, e depois é forçado a reconhecer que o desgraçado tinha razão.

Existe uma antologia de mil páginas (feita pela UNESCO nos anos setenta, creio eu; ou oitenta) que foi oficialmente considerada uma celebração de Aristóteles. A quase totalidade dos participantes [neste trabalho] não são filósofos; são cientistas naturais, matemáticos etc.; e eles vão mostrando, trabalho após trabalho, a atualidade tremenda que o ensino de Aristóteles tem para a prática deles.

Em geral quando as pessoas dizem “Aristóteles foi superado nisto ou naquilo”, eu digo: “é porque você não entendeu Aristóteles”. No fim, é sempre como o caso do Luiz Costa Lima: o problema que ele está levantando em Aristóteles, o mesmo já resolveu em outro lugar. Quanto mais entramos na obra dele, milhões de novas facetas de sua obra nos surpreendem. Agora, se o que você está lendo é um “Aristóteles de manual”, que explica “essa aqui é a doutrina de Aristóteles. Aristóteles diz isto e aquilo...”. Ah, meu filho, assim não vai.

Pela própria natureza dos escritos de Aristóteles, que são escritos fragmentários, eu prefiro considerá-los uma espécie de “caos de sugestões”, unificados por algumas preocupações centrais, e não por teses centrais, porque o primeiro sujeito que teve consciência da ambigüidade dessas coisas foi o próprio Aristóteles.

Aluno: No livro Pitágoras e o Tema do Número, Mário Ferreira dos Santos diz que as formas ou idéias não são objetos de conhecimento sensível; não são uma coisa, são um objeto de conhecimento intelectual.

Olavo: Sim. É exatamente o que dizia Aristóteles. Além da forma sensível do objeto, você capta a sua forma cognoscível. E isto, meu filho, acontece sempre, mesmo quando você não percebe. Se você captasse apenas a forma sensível de gato — “captei a forma sensível de um gato, depois de outro gato, depois de outro gato...” — como é que você iria poder obter por indução, daí, a forma inteligível? Isso seria impossível, porque a variedade das formas de gato é ilimitada. Há tantos gatos quanto formas de gato. Então, se você não captou a forma inteligível do primeiro, também você não vai poder compará-lo com o segundo.

A percepção da forma inteligível é imediata. Ela é um elemento não-sensível que está presente no sensível. E isto é o milagre cognitivo da espécie humana, porque só nós fazemos isso. Nem os anjos fazem isso. Esse é o privilégio da espécie humana. E daí a função central do homem no cosmos. O único ponto de ligação entre o particular concreto – o individual concreto –, e o universal (além da mente de Deus) é o ser humano. Nós somos testemunha da universalidade. As únicas testemunhas que existem.

Aluno: Você falou em adquirir a capacidade de descrever o ambiente em torno. Já venho há algum tempo tentando desenvolver essa capacidade, exatamente para aprender a escrever. Não tenho tido muito sucesso e peço mais conselhos. A única coisa que me ajuda é o dicionário de sinônimos; mas este é limitado, pois primeiro tenho de saber uma palavra que me indique vagamente outras mais adequadas. Esbarro no seguinte problema: como saber os nomes de todos os objetos se as enciclopédias voltam os nomes para as coisas, e não o contrário?

Olavo: Bom, este é o problema que o Jules Payot coloca. Há coisas que podem ser descritas pelo seu nome, quando elas têm um nome. Há outras que só podem ser descritas cruzando várias palavras, e promovendo uma paráfrase [ou uma] descrição. Isto você não vai aprender com dicionário ou livro de gramática; você vai aprender lendo muitos escritores. No século XIX muitos dos escritores começavam sempre os seus livros com uma descrição — se você ler Balzac ou Alessandro Manzoni ou Alexandre Dumas, verá que eles começam descrevendo o cenário físico onde se desenrola a ação. E, às vezes, descrevem tão bem que temos a impressão de que estamos vendo aquela coisa. O Balzac descreve a região, depois a cidade, depois o bairro, depois a rua, depois a casa, depois o quarto, depois o personagem. Não que você precise sempre fazer isso, essa descrição pode ser saltada se você souber sintetizá-la; mas é preciso que você tenha essa descrição na sua mente. Então, os grandes mestres da descrição estão aí. Acabei de citar três: Balzac, Alessandro Manzoni e Alexandre Dumas.

Depois, há outras coisas que são descrições sutis. Veja, por exemplo, o começo do *Em Busca do Tempo Perdido*, do Marcel Proust, onde ele descreve o que acontece quando ele vai pegando no sono e depois acorda de repente. Aquilo é uma verdadeira maravilha! Quanto tempo o cara precisou observar aquilo —

uma vez, duas vezes, três vezes — até encontrar as construções de palavras que dessem a mesma noção de novo. Mas não comece com descrições deste nível; comece com as mais antigas, que são descrições de coisas físicas. São mais fáceis.

(...) Uma aflição particularmente grande é não saber o nome de quase nenhuma planta que cerca a minha casa.

Olavo: Veja, que coisa... eu que tenho um montão de árvores lá que não acaba mais. E pior, são árvores de uma paisagem desconhecida — eu cheguei aqui sem saber o nome de nada, mesmo. No Brasil eu sabia um monte de nomes de árvore; aqui eu não sei nenhum — tenho de aprender tudo de novo.

Um preceito geral de estilo é sempre preferir o termo próprio ao termo genérico. Em vez de dizer, por exemplo, “uma árvore”, você diz “um carvalho”, “um pinheiro”, “uma jaboticabeira” e assim por diante. Aí é preciso saber. Mas olha que coisa maravilhosa [você ter que buscar o nome de cada coisa]! Antigamente os escritores brasileiros tinham esse tipo de preocupação. Há quantas gerações eles nem sabem mais o que é isso?!

Existe, por exemplo, em um livro do Herberto Sales, a descrição do pórtico de uma casa, com todos os termos técnicos de construção que estão ali. Ao ler aquilo (quando não conhece a palavra procura no dicionário), você vê a coisa. Não está faltando nada. Isso não tem receita; é ler os grandes escritores e aprender com eles. Há alguns exercícios do Jules Payot que talvez nós leiamos mais tarde.

Sandra Mainardi quer indicações de livros sobre a Revolução Espanhola, a Guerra Civil Espanhola. Um autor fabuloso sobre isso é o Ricardo de la Cierva; escreveu vários livros a respeito; escreveu uma imensa biografia de Francisco Franco. O velho Hugh Thomas ainda vale muito. Mas, sobretudo, o Ricardo de la Cierva. Não é apenas um livro, são vários. Comece pela sua biografia de Francisco Franco, que é um negócio de quase mil páginas. Está toda a história da Revolução ali. E depois ele escreveu uma série de livros sobre tópicos específicos. Por exemplo, [escreveu] sobre as Brigadas Internacionais.

Também existe um livro sobre o Alcázar de Toledo cujo autor eu esqueci, mas é um livro absolutamente fabuloso. E [de] um autor inglês. Esse episódio do Alcázar de Toledo, de certo modo, sintetiza tudo que estava acontecendo ali. E existe um outro livro (uma obra coletiva publicada pela BAC, *Biblioteca de Autores Cristãos*) que se chama *Os Mártires da Guerra Civil Espanhola — A lista dos Mártires*. Eu acho que por aí dá para você começar.

Então: Hugh Thomas, Ricardo de la Cierva, o livro sobre o Alcázar de Toledo que eu vou lhe trazer e esta obra da BAC sobre os mártires da Revolução [ou Guerra Civil]. Posso dar uma indicação bibliográfica melhor na próxima aula.

Olha, hoje faltaram até poucas perguntas para a gente completar aqui, mas vou ficar devendo algumas.

Atendendo ao apelo da Marcela Andrade, escrevam para transcricoescof@gmail.com.

Obrigado e até a semana que vem.

Transcrição: Ana Angélica de Godoy Valente, 20/02/2011
[gelgodoy@yahoo.com.br], Pedro de Lima, [phbl1987@gmail.com.br], Maurício
Brum Doval, 01/09/10 [mbdoval@gmail.com], Mariana Belmonte, 09/03/2011
[marianacmbelmonte@gmail.com], Michelle Z. Caloni, 27/08/2010
[micaloni@hotmail.com], Vladimir Scarpa, 24/10/2010 [vscarpa@hotmail.com]

Revisão: Leonardo Torres, 24/07/2011 [torres_leonardo@hotmail.com]